

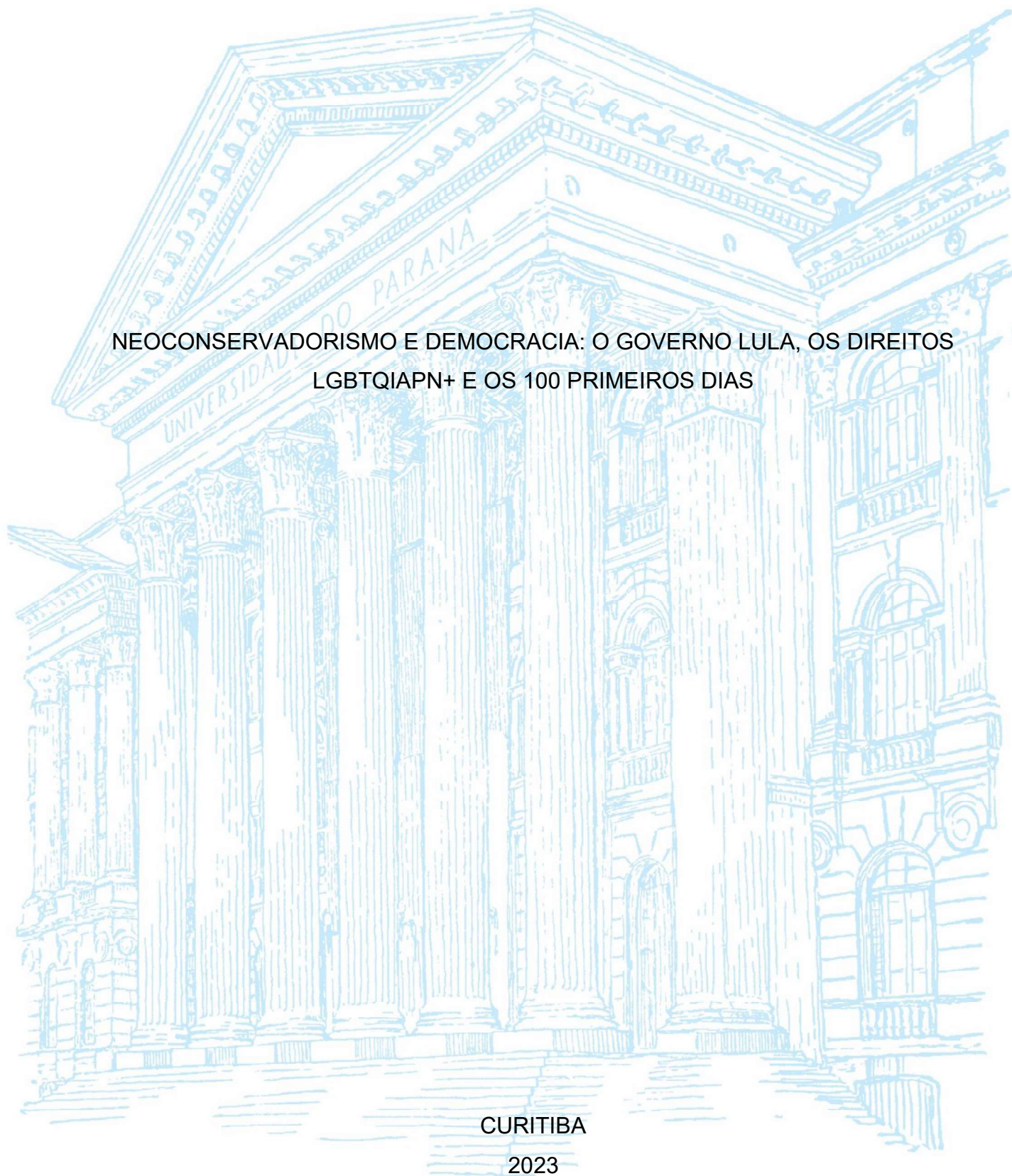
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA SANTIAGO

NEOCONSERVADORISMO E DEMOCRACIA: O GOVERNO LULA, OS DIREITOS  
LGBTQIAPN+ E OS 100 PRIMEIROS DIAS

CURITIBA

2023



MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA SANTIAGO

NEOCONSERVADORISMO E DEMOCRACIA: O GOVERNO LULA, OS DIREITOS  
LGBTQIAPN+ E OS 100 PRIMEIROS DIAS

Artigo apresentado como requisito parcial à  
conclusão do curso de Direito, do Setor de Ciências  
Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Franklin Gorsdorf.

CURITIBA

2023

## TERMO DE APROVAÇÃO

NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA: O GOVERNO LULA, OS DIREITOS LGBTQIAPN+ E OS 100 PRIMEIROS DIAS

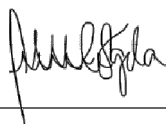
MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA SANTIAGO

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Professor Leandro Franklin Gorsdorf  
Orientador

Coorientador



Professora Angela Couto Machado Fonseca  
1º Membro



Professora Heloisa Fernandes Câmara  
2º Membro

## RESUMO

O trabalho busca analisar os cem primeiros dias do governo Lula (2023) sob a ótica dos direitos LGBTQIAPN+. Para tanto, promove, inicialmente, um estudo acerca do cenário político, econômico e social que precedeu a retomada de Lula ao poder, investigando o fenômeno neoliberal como uma das bases do recrudescimento de discursos machistas, capacitistas, racistas e homofóbicos. Assim, busca investigar as formas com que lideranças neoconservadoras têm ocasionado o enfraquecimento da democracia e de direitos sociais, em um fenômeno que não se limita ao Brasil, mas que pode ser observado enquanto uma tendência mundial. Por fim, com base no entendimento crítico da realidade política atual e do complexo cenário em que esta se insere, pretende analisar qual o tratamento que o governo federal tem dispendido a um dos grupos subalternizados pelo sistema, a comunidade LGBTQIAPN+, a qual também enfrentou substancial descaso pelo governo anterior.

**Palavras-chave:** Neoconservadorismo; aliança conservadora; comunidade LGBTQIAPN+; democracia.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>2 O CONTEXTO ANTERIOR À RETOMADA DE LULA</b> .....	<b>6</b>
2.1 NEOCONSERVADORISMO E ALIANÇA CONSERVADORA .....	6
2.2 ALIANÇA CONSERVADORA E BRASIL .....	11
2.3 A GUINADA CONSERVADORA: REFLEXOS E RETROCESSOS .....	13
2.4 UMA SÍNTESE DO BRASIL ASSUMIDO POR LULA EM 2023 .....	18
<b>3 A TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL BOLSONARO – LULA</b> .....	<b>19</b>
3.1 OS 100 PRIMEIROS DIAS DE GOVERNO LULA (2023) .....	23
3.1.1 Importância política da primeira centena de dias de um governo .....	23
3.1.2 A representatividade política da população LGBTQIAPN+ .....	23
3.1.3 A institucionalidade criada em prol da comunidade LGBTQIAPN+ .....	27
3.1.4 Discursos e políticas voltados à comunidade LGBTQIAPN+ .....	29
<b>4 ANÁLISE CRÍTICA</b> .....	<b>31</b>
4.1 IDEOLOGIA, SUBJETIVIDADE E (NEO) FASCISMO: A ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA E O “CAPITALISMO FLEXÍVEL” .....	31
4.2 DEMOCRACIA À BRASILEIRA, REPRESENTAÇÃO POLÍTICA LGBTQIAPN+ E DESAFIOS .....	37
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma análise referente aos cem primeiros dias do governo Lula (2023), período considerado decisivo para um novo governo, que apesar de não constituir uma data institucional, possui aspecto real de avaliação processual, conforme pontua o professor e mestre em ciência política, Eduardo Grin (UOL NOTÍCIAS, 2023). Prova disso é que, em mandatos anteriores, Lula estabeleceu grande parte de suas principais políticas nos cem primeiros dias de seus governos, como o programa “Fome Zero” e o “Programa de Aceleração do Crescimento”, em 2003 e 2007, respectivamente. Assim, a partir desse cenário, busca-se demonstrar de que maneira os direitos LGBTQIAPN+ estão sendo tratados pela nova gestão e qual o espaço que estão ocupando na agenda política do governo federal. Além de investigar o contexto político em que o neoliberalismo e seus correlatos ideários (neoconservadorismo, neofascismo, neonazismo etc.) se inserem, uma vez que estes têm sido entraves à promoção de direitos sociais, culminando com um enfraquecimento da ordem democrática vigente.

Deste modo, são objetivos do presente trabalho a análise do que foi feito pelo governo Lula (2023) em seus cem primeiros dias de governo em relação aos direitos LGBTQIAPN+, considerando o contexto político neoliberal de enfraquecimento da democracia. Para tanto, também se busca entender o cenário político anterior à retomada de Lula em 2023, as discussões e desdobramentos realizados durante o governo de transição (Bolsonaro-Lula) e, por fim, a realização de uma análise crítica referente ao cenário político brasileiro, principalmente do ponto de vista dos direitos LGBTQIAPN+ e levando em conta a investigação das raízes do fenômeno conservador e de que forma este encontra vultoso apoio social ao longo da história da humanidade.

Por fim, o método de pesquisa desenvolvido nesse projeto foi o bibliográfico-documental, por meio do qual inicialmente levantou-se bibliografia ampla referente ao tema do neoliberalismo, neofascismo, neoconservadorismo e dos direitos LGBTQIAPN+. E, posteriormente, realizou-se uma análise de documentos oficiais do governo federal, matérias em jornais, revistas e ONGs LGBTQIAPN+ que se relacionam com a temática analisada e avaliam como os direitos LGBTQIAPN+ estão

sendo tratados pelo novo governo. Com isso, pretendeu-se a realização de uma análise crítica do objeto de pesquisa – os cem primeiros dias do governo Lula e o cenário político, econômico e social em que se insere – pautada em materiais científicos (teses, artigos, dissertações etc.) ao fim de se analisar a agenda LGBTQIAPN+ construída pelo governo federal no período.

## **2 O CONTEXTO ANTERIOR À RETOMADA DE LULA**

“Terra arrasada: esta é a expressão que vem à mente”. Assim define Luís Felipe Miguel (2019) ao refletir sobre o Brasil dos últimos anos em seu livro “O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016”. Para ele, o que se vivia no país era um retrocesso refletido em inúmeras dimensões, sendo os principais atingidos pela desproteção social: as mulheres, a população afrodescendente, os povos indígenas e a comunidade LGBTQIAPN+. O que Miguel (2019) observou no Brasil, portanto, foi um regresso na luta contra padrões históricos de opressão social que se desdobram em questões de classe, gênero, raça e sexualidade. A exemplo disso, na política, vê-se que manifestações e discursos deliberados de racismo, sexismo e homofobia, retornaram a ser proferidos no país livremente sem qualquer tipo de receio (MIGUEL, 2019).

Nesse sentido, para buscar entender o Brasil de hoje, se faz necessário inicialmente compreender o contexto do país anteriormente à retomada de Lula, análise que se desdobra principalmente em relação ao novo conservadorismo, ao novo liberalismo e às alianças formadas por tais movimentos. A partir disso, torna-se possível visualizar os reflexos nos retrocessos sociais e legais.

### **2.1 NEOCONSERVADORISMO E ALIANÇA CONSERVADORA**

Quanto ao neoconservadorismo, explica Lacerda (2019, p. 21 apud SCHARGEL, 2022) que duas origens podem ser apontadas, uma intelectual e outra política. No primeiro caso, seu surgimento remete-se à década de 1950 nos EUA, principalmente com a filosofia de Leo Strauss (DOLES, 2012). Já enquanto movimento político, seu nascimento está ligado à figura do ex-presidente estadunidense Ronald

Reagan, na década de 1980. Assim, utilizando como exemplo os EUA, é possível afirmar que a gênese desse movimento se deu com a discussão da Emenda dos Direitos Iguais, durante o governo de Reagan. Já no Brasil, o debate em torno do Estatuto da Família, em 2015, pode ser apontado como o momento em que o neoconservadorismo passou a tomar maiores dimensões no país. Desse modo, denota-se que, em ambos os casos, há um denominador comum, qual seja: a mudança do *status quo* de questões de gênero, de reprodução e de igualdade a certos grupos sociais, como a comunidade LGBTQIAPN+, e um conseqüente movimento neoconservador que pretende obstar a conquista de tais direitos (LACERDA, 2019 apud MELLO, 2022).

Isto posto, a partir do entendimento do contexto em que surgiu o neoconservadorismo, Lacerda (2019 apud MELLO, 2022) aponta cinco elementos fundamentais deste movimento: o ideário privatista, o antilibertarianismo, o neoliberalismo, o conservadorismo e o posicionamento à direita do espectro político<sup>1</sup>. Para Lacerda (2019 apud MELLO, 2022), esses elementos se manifestam principalmente pelo levantamento de pautas voltadas à defesa da família tradicional patriarcalista, ao militarismo, ao punitivismo, ao anticomunismo, à defesa de Israel e à crítica a movimentos reivindicatórios de direitos (LACERDA, 2019, p. 58 apud MELLO, 2022). Além disso, é possível apontar que o caráter privatista se manifesta de inúmeras maneiras, como pelas críticas ao Estado, pela defesa do chamado “*homeschooling*”<sup>2</sup>, do armamento civil e do aumento do punitivismo (Estado máximo) enquanto se defende a redução dos gastos sociais (Estado mínimo). “Disso resulta uma desagregação, que é preenchida por valores morais rígidos, pela família e pela religião. Os princípios morais são um contrapeso ao caos a que o neoliberalismo leva” (LACERDA, 2019, p. 52 apud MELLO, 2022).

Ademais, umas das características centrais do novo conservadorismo, que diverge do conservadorismo tradicional, é o discurso voltado às questões sexuais, reprodutivas e principalmente da família tradicional, sendo a defesa desta última encarada como a resposta a quaisquer tipos de desordem ou disfunção social (LACERDA, 2019, p. 18 apud MELLO, 2022). Este caráter de “novidade” é marcado

---

<sup>1</sup> “direita, por sua vez, refere-se a um conjunto de posições substantivas mais ou menos opostas à busca crescente por igualdade” (LACERDA, 2019, p. 27 apud MELLO, 2022).

<sup>2</sup> “*homeschooling* é uma palavra de língua inglesa que significa “educação escolar em casa”. No Brasil, o termo também é conhecido como educação domiciliar ou doméstica.” (TANCREDI, s. d.)

pela presença da direita cristã em seu núcleo, a qual tem reagido às mudanças sociais implementadas.

Em síntese, denota-se que “o neoconservadorismo é radical e reacionário” (LACERDA, 2019, p. 26 apud SCHARGEL, 2022), definindo-se enquanto uma teoria situacional, já que “existe em contextos específicos de enfrentamento entre uma posição que quer mudanças fundamentais e outra que quer conservar as instituições vigentes” (LACERDA, 2019, p. 23 apud SCHARGEL, 2022).

Lacerda (2019 apud MELLO, 2022), ainda apresenta algumas hipóteses que justificam a ascensão do novo conservadorismo brasileiro, citando-se: a comunicação da direita religiosa estadunidense com seus pares no Brasil – a qual viabilizada pela criação de rádios no contexto da Guerra Fria, pelas redes de televisão e pelo próprio intercâmbio entre Igrejas etc.; a atuação de Olavo de Carvalho enquanto símbolo intelectual do neoconservadorismo no país; o surgimento do antipetismo; e o poder argumentativo do conservadorismo, que apresenta respostas mais palatáveis e agradáveis aos seus adeptos, mesmo que se refiram a um passado que nunca existiu de fato. Isso porque é comum aos governos, no geral, a tentativa de usar a história em seu favor. Em contrapartida, governos com tendências autoritárias têm o costume de inventar a sua própria história, isto é, retornam ao passado e se valem de uma narrativa mítica e falaciosa com o intuito de se autopromover. Para isso, reconstróem o passado como uma época de “ouro”, que, em verdade, nunca existiu (SCHWARCZ, 2019). Este passado mitificado, para Schwarcz (2019), se reflete na proteção de um “grupo social fechado e estritamente hierarquizado”, representando a idealização pretérita de um certo período de ordem e harmonia social fantasioso.

Por outro lado, voltando-se ao neoliberalismo, primeiramente é necessária a compreensão de que diante das dificuldades em aglutinar as demandas e interesses das diversas formas de capital, o Brasil acabou sendo o último país da América Latina a implementar uma agenda neoliberal. Ademais, a poderosa atividade política movimentada pelas classes trabalhadoras na década de 1980, também representaram inicialmente um entrave à implementação dos interesses neoliberais no país<sup>3</sup>. Ocorre, porém, que a mobilização política da classe trabalhadora não conseguiu tão logo alcançar hegemonia nacional em seu projeto democrático e

---

<sup>3</sup> A exemplo disso, é possível citar o movimento dos trabalhadores sem terra (MST), a criação da central única dos trabalhadores (CUT) e o surgimento do partido dos trabalhadores (PT), os quais demonstram a forte manifestação da classe trabalhadora naquele período (FILGUEIRAS, 2006).

popular. Isso porque as classes detentoras das diversas frações do capital, temendo a perda do controle político da sociedade, se uniram em torno da agenda neoliberal, ainda que com divergências internas, mas em prol de um interesse comum: a manutenção da detenção do poder político do país (FILGUEIRAS, 2006).

Somado a isso, os discursos neoliberais em dado momento também passaram a deter aceitação por parte da classe trabalhadora, que apoiavam as políticas privatizantes, especialmente contra gastos excessivos do Estado e o combate ao que se considerava privilégio dos funcionários públicos. Isso evidenciou uma nova forma de controle ideológico da burguesia no Brasil que culminou com o triunfo da agenda neoliberal no país (BOITO, 2004 apud FILGUEIRAS, 2006)<sup>4</sup>.

Além disso, para se entender a conjuntura do Brasil de hoje também se faz necessária a percepção de que existe uma íntima comunicação entre as frentes neoconservadoras e neoliberais. Lima e Hypolito (2020), a fim de explicar este contexto, se utilizam da teoria da “aliança conservadora” (APPLE, 2000, 2003 apud LIMA; HYPOLITO, 2020), a qual também é referenciada na literatura como “Nova Direita” (CLARKE; NEWMAN, 1997; AFONSO, 1998; APPLE, 2000, 2003 apud LIMA; HYPOLITO, 2020). Nesse estudo, são identificados quatro grupos que se inserem nesta aliança. O primeiro é constituído pelos neoliberais, os líderes da “Nova Direita”, que se preocupam com as relações de mercado. O segundo grupo é formado pelos neoconservadores, os quais acreditam e defendem a existência de um passado glorioso que nunca existiu. Por outro lado, o terceiro grupo é composto por populistas-autoritários da classe média e classe trabalhadora, que suspeitam do Estado e defendem a família, a segurança e os valores tradicionais. Por fim, o último grupo é formado pela nova classe média profissional, a qual se preocupa com a mobilidade social e não necessariamente concorda com os outros três grupos (APPLE, 2000 apud LIMA; HYPOLITO, 2020). Logo, o conceito de aliança conservadora auxilia no entendimento de que existem articulações entre grupos distintos que, inclusive, podem possuir objetivos divergentes entre si. Contudo, unem-se em prol de objetivos comuns, manifestando-se por uma máxima: a manutenção de sua hegemonia no poder (LIMA; HYPOLITO, 2020).

---

<sup>4</sup> Não por acaso, o movimento neoliberal e a política por ele instituída, encontraram na classe média alta e nos chamados “novos ricos”, importantes aliados. Estes, representam uma parcela da população que não apoia qualquer tipo de Estado de Bem-estar Social, sob o argumento de que além de não se beneficiarem dele, ainda o financiariam a partir do pagamento de impostos (BOITO, 2004 apud FILGUEIRAS, 2006).

Esta aliança conservadora representa um panorama internacional, com exemplo do político Recep Tayyip Erdogan, na Turquia, Donald Trump nos Estados Unidos, Matteo Salvini na Itália e Bolsonaro no Brasil. Todos esses regimes possuem como denominador comum a caracterização enquanto populismos autoritários, os quais vêm “testando a resiliência institucional das democracias em seus respectivos países” (SCHWARCZ, 2019, p. 186). Ainda, vê-se que tais governos têm recorrido a estratégias análogas, como: idealização de um passado mítico e virtuoso; formação de um anti-intelectualismo e antijornalismo; regresso a uma sociedade patriarcal, com escopo de favorecer conceitos de hierarquia e ordem; utilização da polícia do Estado para reprimir “bandidos”; promoção de uma histeria sexual responsável por culpabilizar mulheres e membros da comunidade LGBTQIAPN+ como responsáveis por uma suposta degeneração moral; autovitimização, seguida de um incentivo à população a reagir aos seus supostos inimigos; estímulo a uma polarização que divide a população entre “eles” e “nós”; uso de propaganda política com uma realidade inventada; e aversão aos imigrantes (SCHWARCZ, 2019). Ora, se nos anos de 1930 e 1940 os governos nazifascistas criaram um passado mítico para respaldar seu presente, a mesma estratégia tem sido utilizada por lideranças políticas contemporâneas, fenômeno que ainda carece de expressão específica (SCHWARCZ, 2019).

Logo, depreende-se que os governos populistas autoritários de agora se valem das novas formas de comunicação virtual para dialogar diretamente com o povo, sob o argumento de que não precisam de intermediários para esta relação (SCHWARCZ, 2019). Além disso, Schwarcz (2019) também aponta outras características, como: a manipulação e divulgação de *fake news*, tal qual fossem verdades comprovadas; a divulgação de uma autoimagem de lisura e honestidade na gestão de governo; a acusação dos adversários como corruptos; a autodenominação de “novos”, quando, em verdade, estão há muito tempo na política e dela retiram seu sustento; o abuso de mensagens moralistas, pautando-se fortemente em conceitos como religião, família e nação.

Dessa forma, para o filósofo político Ruy Fausto, isso que se vê com a lógica neoliberal é um “novo regressivo”, o qual garante a manutenção da exploração e opressão do presente, por meio de formas e práticas que se acreditavam já estarem superadas (SCHWARCZ, 2019, p. 187).

## 2.2 ALIANÇA CONSERVADORA E BRASIL

A fim de aperfeiçoar ainda mais o entendimento do contexto político brasileiro de hoje, remonta-se inicialmente ao ano de 2013, quando a população foi às ruas conclamando por mais direitos em áreas fundamentais, como saúde, educação, moradia e transporte, momento em que também muitas críticas à política e às instituições foram tecidas. Nesse momento, foi possível observar o surgimento de um intenso processo de radicalização social, pelo qual os brasileiros demonstraram acentuado descaso e descompromisso com as instituições, os partidos e a política como um todo, panorama observado tanto na direita quanto na esquerda (SCHWARCZ, 2019).

Não obstante a isso, para além dos protestos de 2013, a crise política que se agravou com o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma, os escândalos do Mensalão, e os desdobramentos da Lava-Jato, também impactaram a imagem da política como um todo, fazendo-se surgir um cenário de desconfiança generalizada (SCHWARCZ, 2019). Prova disso se deu com o Golpe de 2016<sup>5</sup>, oportunidade em que a ex-presidenta Dilma Rousseff foi oficialmente destituída de seu cargo. Nenhuma surpresa, visto que em países de tradição autoritária como o Brasil – o qual já vivenciou, por exemplo, o Estado Novo (1937) e a Ditadura civil-militar (1964) –, a crise é capaz de resgatar um passado de desrespeito às leis e de descrença nas instituições, surgindo, por conseguinte, saídas dogmáticas que se qualificam como “salvadoras da pátria” (SCHWARCZ, 2019). Foi o que ocorreu com o Golpe de 2016, o qual demonstrou que as classes dominantes do Brasil não estavam satisfeitas com as singelas políticas sociais que estavam sendo desenvolvidas com os governos petistas. Diante disso, mostrou-se que esta parcela da sociedade estava disposta inclusive a utilizar de meios extralegais para reverter a situação política do país ao seu bel prazer, em detrimento da vontade do povo, que elegeu de forma legítima a primeira e única mulher a ocupar a liderança do poder executivo do Brasil (MIGUEL, 2019).

---

<sup>5</sup> “Não há dúvida sobre a correção da utilização da palavra “golpe” para descrever os eventos de 2016. Uma presidente eleita de forma legítima, no exercício do cargo, foi derrubada porque perdeu o apoio da elite econômica, da mídia e do congresso, sem que tenha sido demonstrado que ela cometeu qualquer uma das ações que, pela lei, justificariam seu afastamento. Setores de aparelho de estado – o poder legislativo, o poder judiciário, o Ministério Público, a polícia federal e, em papel menos visível, mas crucial, as forças armadas – decidiram unilateralmente mudar as regras em proveito próprio. [...] Como todos os golpes, mesmo os militares, o golpe de 2016 recusa seu nome. É chamado de *impeachment*, aceitando que a mera observância do ritual previsto na lei significa que ela foi cumprida quanto a seu conteúdo substantivo.” (MIGUEL, 2019, p. 19).

Devido a todo o cenário narrado, a aliança política neoconservadora no Brasil se uniu e conseguiu eleger, nas eleições de 2018, Jair Bolsonaro (LACERDA, 2019, p. 17 apud MELLO, 2022).

Para o entendimento do fenômeno do Bolsonarismo, Reis (2020) divide o contexto de seu surgimento em três cenários temporais: um amplo, um médio e um curto. O primeiro deles corresponde à tradição histórica autoritária brasileira, o que faz com que o país experimente períodos cíclicos de autoritarismos provenientes de um desprezo normativo que, por sua vez, encontra raízes no pensamento oligárquico e escravagista (REIS, 2020). Ou seja, se desconstrói o pensamento de que movimentos autoritários anteriores, como o Estado Novo de Vargas (1937) ou a Ditadura civil-militar (1964), tenham sido impostos ao povo unilateralmente. Ao contrário, vê-se que o autoritarismo possui suporte também na cultura política da própria população (REIS, 2020). “E talvez estejamos vivendo mais um novo capítulo dessa nossa história autoritária, com uma convincente guinada conservadora e reacionária, que surgiu das urnas no pleito de 2018.” (SCHWARCZ, 2019, p. 185).

Já na análise da perspectiva de tempo médio, Reis (2020) menciona a precarização do pacto social instaurado pela Nova República 30 anos atrás. Um exemplo central desta conjuntura se deu em 2014, quando houve, pela primeira vez, um questionamento sobre o resultado das eleições. Por fim, em um curto espaço temporal, Reis (2020) cita o cenário eleitoral de 2018, no qual uma combinação de fatores específicos culminou com a eleição de Bolsonaro. Um cenário que poderia ter sido evitado, mas não o foi devido à fusão de fatores como a associação do candidato eleito com grupos heterogêneos da sociedade e a insistência do PT à candidatura de Lula, por exemplo, um pretense candidato que possuía forte rejeição popular. E, mesmo quando um novo candidato foi indicado pelo PT, Fernando Haddad, o partido ainda vinculou fortemente a imagem deste com Lula, algo que foi “corrigido” somente no segundo turno do pleito presidencial. “Tarde demais, porém, para reverter a onda favorável ao adversário” (REIS, 2020, p. 8).

Ademais, engana-se quem pensa que a ascensão da ultradireita se restringe a uma problemática apenas do Brasil, visto que o bolsonarismo não é um fenômeno isolado do contexto geopolítico internacional (LACERDA, 2019 apud SCHARGEL, 2022). Nessa esteira de raciocínio, Reis (2020) elucida a existência de situações e acontecimentos do panorama geopolítico e histórico mundial que influenciaram no surgimento dos ideais bolsonaristas, entre eles, o autor cita a revolução digital, o

libertarianismo<sup>6</sup> – o qual apresentou crescimento no pós-Guerra Fria –, o distanciamento entre os políticos eleitos e o povo e o aumento das desigualdades sociais e de renda após a crise de 2008. Todo esse contexto, entretanto, não deve ser interpretado como um sinônimo do passado, mas sim como algo inédito, o qual fora impulsionado pelo panorama global anterior (LACERDA, 2019 apud SCHARGEL, 2022). Ou seja, assim como outros cenários de crise já vivenciados, percebe-se como produto o crescimento de nacionalismos autoritários de massas, que aglutina setores heterogêneos da sociedade por meio de um elo de permanente tensão (LACERDA, 2019 apud SCHARGEL, 2022).

### 2.3 A GUINADA CONSERVADORA: REFLEXOS E RETROCESSOS

A onda conservadora observada no Brasil e no mundo não se reflete apenas na política, mas na sociedade como um todo. Os reflexos observados podem ser vistos nas tentativas de intervenção na educação, no cerceamento de vozes que diverjam dos pensamentos neoconservadores, no retrocesso de direitos e no aumento da violência a grupos sociais já historicamente atacados.

Essa tendência mundial de fortalecimento da aliança conservadora pode ser comprovada por meio de casos concretos, como a aprovação da lei “casamento para todos”, que passou a vigorar na França a partir de 2013, causando uma reação contrária conservadora por parte de organizações católicas fundamentalistas, as quais realizaram manifestações que reuniram mais de um milhão de pessoas em Paris, tendo como mote o slogan de defesa da infância (CÉSAR; DUARTE, 2017). Para além disso, ainda em relação à França, é possível citar outros exemplos, como a invasão ocorrida em bibliotecas escolares do país, o cerceamento de materiais didáticos em escolas e a censura aos professores que foram julgados desvirtuosos quanto às normas de gênero e sexualidade defendida pelos conservadores. Tudo isso se deu como reação à chamada “ideologia de gênero”, a qual na França se converteu em “teoria de gênero” (BOURCIER, 2007 apud CÉSAR; DUARTE, 2017).

---

<sup>6</sup> “Ideologia política cujo principal objetivo é a liberdade individual e a minimização da influência do estado, estando este restrito à manutenção da ordem e à prestação de alguns serviços públicos.” libertarianismo. In: dicionário online de português. Porto: 7graus, 2023. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/libertarianismo/>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

Vale ressaltar que isso que os novos conservadores vêm chamando pejorativamente de “ideologia de gênero”, corresponde à transformação de questões reais de gênero, sexualidade e diversidade sexual enquanto armas de uma guerra político-moral (CÉSAR; DUARTE, 2017, p. 4). O que vem sendo responsável pela propagação de um preconceito acentuado contra importantes direitos conquistados por mulheres e pela comunidade LGBTQIAPN+. Em relação ao Brasil, um dos países que detém o maior número de registros de violência contra a população LGBTQIAPN+, além de altas taxas de desigualdade e violência de gênero (CÉSAR; DUARTE, 2017), essa reação neoconservadora se torna ainda mais preocupante, visto que os grupos religiosos fundamentalistas, principais representantes do movimento neoconservador, são responsáveis pelo agravamento deste cenário por meio de sua atuação política e social. Isso se dá pela tentativa de censura a assuntos pedagógicos nas salas de aula, o ataque a pesquisadores e cientistas sociais, bem como pela repressão a movimentos, artes e políticas que tenham como escopo a defesa dos direitos humanos e dos grupos afetados (CÉSAR; DUARTE, 2017).

Especialmente na educação, os grupos à direita do espectro político, têm unido forças para articular um ensino que se curve ao mercado, obedeça a padrões de comportamento, sirvam a “Deus” e promovam a manutenção de desigualdades históricas. Para isso, se utilizam de comportamentos e propostas que se dizem neutras e preocupadas com uma suposta melhoria no ensino (ALBUQUERQUE; ZANARDI, 2021). Tal projeto educacional proposto pela aliança conservadora “intermedeia a meritocracia, o individualismo, a rejeição às diferenças e uma falsa igualdade de oportunidades” (ALBUQUERQUE; ZANARDI, 2021). Tudo isso em uma série de técnicas e artifícios que ao fim e ao cabo funcionam para a manutenção do “metabolismo do capital” (ALBUQUERQUE; ZANARDI, 2021).

Dentro desse cenário há o que se chama de “modernização conservadora”, a qual corresponde justamente às políticas que se preocupam em interferir nos currículos e nas formas de ensino das instituições públicas, as quais se aglutinam em grupos de interesses liderados pelos neoliberais que pretendem atacar a educação (LIMA; HYPOLITO, 2020). No Brasil, um exemplo de tal iniciativa é o projeto “Escola sem Partido”, que pretende ditar a forma com que as escolas devem manejar os conteúdos lecionados, principalmente as escolas públicas (LIMA; HYPOLITO, 2020). Este projeto foi criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, o qual contou em entrevista que a ideia surgiu após o professor de sua filha ter comparado Che Guevara

a São Francisco de Assis. Assim, por considerar que este não era um episódio isolado, Nagib decidiu encabeçar o movimento (MAYRA, 2018 apud LIMA; HYPOLITO, 2020). Posteriormente, em 2014, Nagib foi convidado pelo Deputado Estadual Flávio Bolsonaro (RJ), a redigir um projeto de lei com as ideias do movimento Escola sem Partido, a fim de que fosse apresentado à Assembleia Legislativa.

Diante disso, é evidente o interesse do referido projeto em interferir na educação, apoiando-se posteriormente em uma tentativa política que busca atender os interesses da aliança conservadora. Comprovando tal interpretação, o próprio *site* do “Escola sem Partido” afirma que este se trata de “[...] uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (NAGIB, 2019 apud LIMA; HYPOLITO, 2020). Acrescentando que seu objetivo é barrar “[...] um exército organizado de militantes travestidos de professores [que] prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes à sua própria visão de mundo” (NAGIB, 2019 apud LIMA; HYPOLITO, 2020).

Infere-se, portanto, que inicialmente o “Escola sem Partido” tinha como objetivo atacar uma suposta doutrinação ideológica, conforme se depreende de seu próprio *site*, em que descreve como um de seus intuítos “saber o que acontece dentro de uma sala de aula” (LIMA; HYPOLITO, 2020). Entretanto, posteriormente, sua agenda se transferiu do campo político, para o campo moral, conforme explica Luís Felipe Miguel (2019 apud LIMA; HYPOLITO, 2020):

“O crescimento da importância do MESP [o autor utiliza-se da sigla MESP para referir-se ao Movimento Escola Sem Partido] no debate público ocorre quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada “ideologia de gênero”. Antes, a ideia de uma “Escola Sem Partido” focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde o período da ditadura militar. O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças.” (MIGUEL, 2016, p. 595-596 apud LIMA; HYPOLITO, 2020).

Ou seja, vê-se que a Modernização Conservadora (APPLE, 2000 apud LIMA; HYPOLITO, 2020) nem sempre defende exatamente as mesmas proposições. Porém, se articulam em defesa de uma “hegemonia de classe e cultural que privilegia a dominação política, hegemonizadas por grupos específicos, que, nas últimas

décadas, são os neoliberais” (LIMA; HYPOLITO, 2020). O movimento Escola sem Partido, por exemplo, para Lima e Hypolito (2020), agrega a agenda de grupos neoconservadores, populistas-autoritários e neoliberais. Atendendo, portanto, aos interesses da aliança conservadora.

Ainda, vê-se que o Escola sem partido, unindo forças ao movimento fundamentalista, inclusive já experimentou um momento de êxito quando da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual em suas mais de 600 páginas, não mencionou a palavra gênero<sup>7</sup>.

Outro caso emblemático do Brasil se deu com uma parceria entre a “Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI”, que fazia parte do Ministério da Educação, e as “Organizações Não Governamentais GALE – *Global Alliance for LGBT Education*”, a “*Pathfinder* do Brasil”, a “ECOS – Comunicação e sexualidade” e a “ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis” (CÉSAR; DUARTE, 2017, p. 6). Desta parceria, nasceu um programa intitulado de “Escola sem Homofobia”, cujo escopo era fornecer um material didático a ser utilizado como apoio por professores/as a fim de que fosse abordado nas redes de ensino às temáticas de “diversidade sexual e de gênero” (CÉSAR; DUARTE, 2017). No entanto, devido às burocracias existentes nas parcerias governamentais com movimentos sociais, o programa foi levado à discussão pela Assembleia Nacional, ocasionando uma grande e polêmica repercussão distorcida do objetivo do projeto, a qual rapidamente passou a ser divulgada pelas mídias sociais.

Devido à proporção tomada pelo projeto “Escola sem Homofobia”, houve uma tentativa de diálogo por parte dos organizadores e defensores do projeto com os representantes legislativos, a qual restou infrutífera, gerando, ainda, uma série de ataques aos defensores do programa. Esta reação conservadora alegava, em síntese, que o programa visava estabelecer uma “propaganda LGBT” nas escolas (CÉSAR; CUNHA, 2016 apud CÉSAR; DUARTE, 2017). Foi nesse contexto que surgiu a

---

<sup>7</sup> Sobre o tema, assim expuseram SILVA, BRANCALEONI e OLIVEIRA (2019, p. 1548 apud ALBUQUERQUE; ZANARDI, 2021): “Por este ângulo, ao constatar que a BNCC silencia quaisquer discussões sobre gênero, verificamos que o documento oficial vai de encontro às argumentações tecidas pela literatura pertinente, situação que, em última instância, poderá colaborar para a manutenção de misoginia, homofobia, lesbofobia, transfobia etc., no ambiente escolar. Este fato se torna problemático ao considerarmos que a BNCC orientará a elaboração de matrizes curriculares da educação básica em todo o território nacional, pois a não abordagem do gênero no corpo do documento abrirá precedentes para que esta temática não seja incluída nos processos educativos.

alegoria do chamado “kit gay”, dando-se o pontapé inicial para um processo de pânico moral<sup>8</sup> no Brasil em meados de 2011 (RUBIN, 1993 apud CÉSAR; DUARTE, 2017).

Ou seja, é possível denotar uma preocupação crescente com a educação e o que está sendo ensinado tanto no ensino público quanto no privado, o que faz parte de uma estratégia de grandes empresas e da aliança conservadora para promover a alienação de estudantes, mediante o estímulo à irreflexão do conhecimento e a glorificação dos processos de reificação do ser humano (ALBUQUERQUE; ZANARDI, 2021). Isto é, “a educação/formação dos sujeitos centraliza-se no desenvolvimento de competências e de habilidades necessárias para atender às demandas do mercado” (ALBUQUERQUE; ZANARDI, 2021). Não havendo espaço dentro da agenda conservadora para que se discuta o saber e a diversidade.

Em exemplo mais recente, a Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2018b, 2018c apud ALBUQUERQUE; ZANARDI, 2021) é mais uma das tentativas de empobrecimento curricular, a qual se volta especialmente ao ensino público. Nesse projeto, por meio do discurso liberal em defesa das liberdades de escolhas individuais, o que se propõe é que os jovens escolham as disciplinas cursadas por áreas de conhecimento de seu interesse (ALBUQUERQUE; ZANARDI, 2021). Ou seja, em síntese, o “Novo Ensino Médio” pretende propagar a naturalização do isolamento dos sujeitos a partir da liberdade individualizada de escolhas, o que supostamente proporcionaria a igualdade na busca por um futuro promissor, mas que, em verdade, mais uma vez ocasionaria a “maximização das desigualdades com a precarização da formação em razão de sua parcialização e fragmentação” (ALBUQUERQUE; ZANARDI, 2021).

“Diante desse quadro, a resistência é urgente, possível e necessária, devendo se articular em todos os aspectos, mas não olvidando do metabolismo do capital como protagonista de uma educação que só se faz neoconservadora e fundamentalista de acordo com seus interesses” (ALBUQUERQUE; ZANARDI, 2021).

---

<sup>8</sup> Quanto ao pânico moral, RUBIN (1993, apud CÉSAR; DUARTE, 2017) afirma: “Durante o pânico moral, alguns medos atacam desafortunadas atividades sexuais e populações. a mídia se torna inflamada de indignação, o público se comporta como uma plebe raivosa, a polícia é chamada e o estado põe em ação novas leis e regulamentos. Quando o furor passou, algum grupo erótico inocente foi dizimado e o Estado estendeu seu poder para novas áreas do comportamento erótico.” (RUBIN, 1993, p. 25 apud CÉSAR; DUARTE, 2017).

## 2.4 UMA SÍNTESE DO BRASIL ASSUMIDO POR LULA EM 2023

Diante do exposto, é possível se constatar que a partir do início da década de 2000, no Brasil, novas políticas em defesa da liberdade de orientação sexual e identidade de gênero passaram a ser desenvolvidas, concomitantemente a um aumento da força política de movimentos sociais LGBTQIAPN+ e feministas (CÉSAR; DUARTE, 2017). De maneira mais específica, o que se observou foi um estreitamento da parceria entre governo federal e tais movimentos no combate conjunto à LGBTfobia e às violências contra as mulheres (CÉSAR; DUARTE; SIERRA, 2013 apud CÉSAR; DUARTE, 2017). Isso se deu, por exemplo, por meio da inserção de tais lideranças em cargos políticos e pela ocupação de cargos ministeriais, além da função de consultoria adotada quanto às políticas públicas a serem implementadas.

Contudo, durante o governo Bolsonaro, houve um afrouxamento dos projetos políticos referente à população LGBTQIAPN+ e o desmonte do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), já que as políticas voltadas a esta comunidade foram retiradas do respectivo órgão. Além disso, o governo de Bolsonaro procurou cercear este tipo de discussão nas escolas, afastando cursos, projetos, programas e livros que abordassem tais temáticas relacionadas ao respeito à diversidade. Para tanto, pautou-se no uso depreciativo da expressão “ideologia de gênero” (SCHWARCZ, 2019). Ou seja, durante este governo se experimentou um recuo no avanço da pauta LGBTQIAPN+, prova disso foi a ausência de um espaço institucional determinado para esse grupo no governo federal durante este período (SCHWARCZ, 2019).

Isso é ainda mais alarmante quando se denota que dentro de um cenário de conservadorismo e valorização da família tradicional, essas minorias são as mais afetadas, justamente por se encontrarem fora do padrão que vem sendo tão mitificado nos últimos anos (SCHWARCZ, 2019). Não bastasse isso, este cenário ainda é avolumado pela criação de falácias, sugerindo fatos que, em verdade, nunca existiram, como o “kit gay”. Ou ainda, desvirtuando-se as realidades de gênero pejorativamente em mera “ideologia de gênero” (SCHWARCZ, 2019). Logo, para Schwarcz (2019), combater o retrocesso em direitos já conquistados e lutar em prol da igualdade, não é apenas uma luta da comunidade LGBTQIAPN+, mas sim um

dever social. Somente assim, o direito à diferença e à democracia serão resguardados.

Não bastasse isso, ainda se soma a este cenário de repressão, a perseguição sofrida pelos intelectuais, docentes e artistas questionadores e críticos da realidade, os quais são atacados inclusive por membros do Estado e, muitas vezes rotulados como “comunistas”. Aqueles que os oprimem, dizem lutar contra a “doutrinação comunista”, a “ideologia de gênero” e o “marxismo cultural” (MIGUEL, 2019). Porém, esse discurso de ódio acaba sendo responsável pelo aumento das violências, atingindo principalmente os grupos minoritários e ativistas de direitos humanos.

Assim, é possível inferir que a compreensão do contexto anterior à retomada de Lula ao poder em 2023 não implica em um entendimento exato com início, meio e fim. Ao contrário, é possível observar a ocorrência de um processo não encerrado, cujo objetivo maior é o retrocesso de direitos, o cerceamento das vozes populares no campo da política e a paralisação da construção de uma sociedade mais justa e igualitária (MIGUEL, 2019). A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 foi apenas mais um desdobramento deste processo que segue em aberto, para o qual, lamentavelmente, ainda não há perspectiva de solução (MIGUEL, 2019). Uma vez que “em toda a parte, a extrema-direita tem levantado a cabeça. E continuará, no mínimo, por um bom tempo, com a cabeça bem levantada, intimidando e ameaçando. O bolsonarismo é a face brasileira desse fenômeno” (REIS, 2020).

### **3 A TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL BOLSONARO – LULA**

A transição de governo no Brasil é regulamentada pela Lei nº. 10.609/2002<sup>9</sup> e pelo Decreto nº 7.221/2010<sup>10</sup>. Trata-se de um mecanismo de cooperação entre o governo sucedido e o sucessor a fim de viabilizar que este detenha todas as informações necessárias para a implementação de seu novo programa de governo (MAIA, 2022). Em seu artigo 2º, o Decreto nº 7.221/2010 estabelece os seguintes princípios para a transição governamental:

---

<sup>9</sup> Ementa: “Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de presidente da república, cria cargos em comissão, e dá outras providências”. (BRASIL, 2002).

<sup>10</sup> Ementa: “Dispõe sobre a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal durante o processo de transição governamental”. (BRASIL, 2010).

“I - colaboração entre o governo atual e o governo eleito; II - transparência da gestão pública; III - planejamento da ação governamental; IV - continuidade dos serviços prestados à sociedade; V - supremacia do interesse público; e VI - boa-fé e executoriedade dos atos administrativos”.

Assim, a transformação da transição de governo em lei foi importante não só para a democratização do processo, mas também para tornar obrigação o dever de fornecimento de informações ao candidato eleito – até mesmo as consideradas sigilosas. Por conseguinte, para a materialização desse processo, há a formação de uma equipe de transição, que no caso do governo Lula (2023), foi coordenada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, que em suas redes sociais declarou: “Nosso objetivo será fornecer ao presidente Lula, de forma republicana e democrática, todas as informações necessárias para que seu mandato, que começa em 1º de janeiro, seja bem-sucedido no atendimento das prioridades da população”. (BRANDÃO, 2022)

Vale ressaltar que, de forma inédita, houve participação social em uma transição de governo no Brasil, a qual foi organizada em Grupos Técnicos divididos em 32 Grupos Temáticos, que ao longo de 34 dias (08/11/2022 a 12/12/2022), trabalharam no projeto com o apoio de cerca de mil pessoas. Fato responsável por proporcionar uma pluralidade de visões de mundo na elaboração do documento relatório final, trazendo recortes de gênero, raça e regiões (RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, 2022).

No que tange aos direitos humanos, o relatório afirmou que durante o governo Bolsonaro registrou-se um revisionismo de seu significado histórico e a restrição da participação social e da verba orçamentária na área. Tudo isso deu ensejo à descontinuidade de políticas públicas relevantes na atuação em defesa dos direitos humanos, como exemplo o desmonte das políticas para a população que vive em situação de rua e para a população LGBTQIAPN+ – único momento em que a sigla é mencionada em todo o documento (RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, 2022). Isto é, não houve uma discussão efetivamente direcionada à comunidade LGBTQIAPN+ que tratasse de suas demandas. Um equívoco. Prova disso foi um levantamento de dados feito pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)<sup>11</sup> durante o governo anterior, o qual analisou o cenário de violação de direitos humanos que a comunidade foi acometida nesse período, evidenciando um momento extremamente

---

<sup>11</sup> “... instituição que atua no Brasil há 30 anos em defesa dos direitos LGBTQIA+, mais especificamente pelos direitos travestis e demais pessoas trans” (ANTRA, 2022).

sensível devido ao aumento das violências (ANTRA, 2022). Tal panorama, para a instituição, se deve a uma pela ação ou omissão do próprio Estado e, a duas, pela própria sociedade, que foi manipulada pelas falácias da política anti gênero e da “ideologia de gênero”, bem como influenciada pela LGBTfobia do governo Bolsonaro (ANTRA, 2022).

Diante disso, a ANTRA enviou uma carta ao Presidente Lula e à equipe de transição de governo com recomendações a serem adotadas pelo novo governo e solicitando ao Presidente Lula que este assumisse de fato um compromisso público com a vida e os direitos das pessoas LGBTQIAPN+, empenhando-se verdadeiramente em dedicar esforços para acabar com a transfobia, posicionando-se pública e abertamente em defesa de tais direitos e desenvolvendo políticas públicas efetivas nesse sentido (ANTRA, 2022).

Assim, além de rememorar a incansável participação das pessoas trans para a candidatura de Lula nas eleições de 2022, bem como reforçando a sua intenção em apoiar o governo na luta pelos direitos LGBTQIAPN+, a ANTRA colaborou enviando uma série de recomendações que julgou fundamental para defesa da existência e vida de pessoas trans, sendo elas:

- “1. Ratificação em caráter de urgência o CID-11, publicada em 2018 pela Organização Mundial da Saúde, de modo a reconhecer que a transgeneridade não é uma doença;
2. Revisão e atualização dos procedimentos previstos no Processo transexualizador a partir do que está previsto na resolução 2265/2020 do CFM, sem se limitar a ela e com diálogo com os movimentos trans;
3. Ampliar a rede de oferta dos procedimentos previstos no processo transexualizador com a habilitação e implementação de Ambulatórios e hospitais, com atenção especial aos estados onde não existam ou estejam inoperantes;
4. Cumprimento imediato da decisão do STF no julgamento da ADPF 787 em 28/06/2021 sobre o acesso à saúde de pessoas trans no SUS;
5. Restabelecer a política de HIV/AIDS no status de departamento dentro do Ministério da Saúde, nos moldes do que tínhamos e amplamente melhorado, pois sofremos retrocessos nesses últimos seis anos;
6. Incluir informações sobre à comunidade LGBTQIA+ no Censo previsto para 2030;
7. Destinação de Recursos (materiais, pessoais e financeiros) para ações de enfrentamento à transfobia priorizando a educação em todos os níveis, saúde, segurança pública e na assistência social;
8. Geração de dados sobre a nossa comunidade no âmbito do sistema de justiça e de direitos humanos;
9. Revogar em caráter de urgência o decreto 10977/2022 sobre novo RG;
10. Instituir o programa transcidadania a nível federal, a exemplo do que fez a prefeitura de São Paulo no governo do prefeito Fernando Haddad;
11. Atuar para a inclusão e garantia da proteção específica às travestis e mulheres trans dentro das políticas de proteção a violência de gênero e mulheres;

12. Estabelecer diálogo com os movimentos sociais de pessoas trans politicamente mobilizados em questões referentes aos nossos direitos;
13. Atualização e modernização do disque 100, incluindo a necessidade de informações específicas sobre identidade de gênero;
14. Promover ações específicas para a erradicação do bullying transfóbico e interromper a exclusão de pessoas trans nas escolas e universidades;
15. Destinar vagas específicas para pessoas trans em programas de geração de emprego e/ou de renda, e incentivos fiscais para empresas que têm vínculo com o estado para contratarem pessoas trans, priorizando travestis e mulheres trans;
16. Ratificar e atuar para a efetiva implementação da CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA TODA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO E INTOLERÂNCIA, com atenção a garantia da autodeterminação e livre expressão de gênero das pessoas trans;
17. Atuar para implementar todas as recomendações previstas na RPU no tocante as pessoas LGBTQIA+;
18. Garantir a representação e participação efetiva de pessoas trans em todas as ações do governo sobre direitos humanos e enfrentamento do racismo, da violência contra a mulher e proteção contra grupos minorizados;
19. Viabilizar a criação de um “Plano nacional de combate a LGBTfobia e promoção da cidadania LGBTQIA+”;
20. Atuar para proteger jovens LGBTQIA+, especialmente jovens trans, incluindo crianças e adolescentes, investindo recursos para pesquisas e programas para o mapeamento das necessidades específicas desse grupo, seus familiares e responsáveis.” (ANTRA, 2022).

Além disso, outras instituições do movimento LGBTQIAPN+ também dialogaram com o governo de transição recomendando medidas a serem tomadas pela nova gestão. A ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais), assim como a ANTRA, também encaminhou ofício aos Ministérios do governo Lula (2023) para apresentar propostas acerca de políticas públicas para a população LGBTQIAPN+, pautando-se, no documento, em políticas que atendam à pluralidade de direitos que precisam ser demandados, como: “saúde, educação, segurança pública, cultura, relações exteriores, esportes e até mesmo política para atender imigrantes LGBTQIA+.” (ABGLT, 2023).

O relatório final da transição governamental pretendeu, portanto, traçar as primeiras medidas a serem tomadas pelo novo governo, sugerindo a revogação de uma série de atos normativos, apresentando uma nova estrutura ministerial e um ponto de partida para um governo que diz pretender resgatar valores como o respeito, a vida, a democracia a justiça e a inclusão social. O referido relatório ainda ressaltou que este foi o pontapé inicial para um novo rumo do país na defesa da democracia e no combate à violência e ao extremismo que a enfraquecem. A abertura do processo em uma estrutura dialogada com a sociedade foi interpretada como um diferencial que demonstrou a reabertura de um projeto governamental voltado à democracia, ao diálogo e ao pluralismo (RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, 2022). Entretanto, ressalta-se

que a pauta LGBTQIAPN+ não foi devidamente debatida no processo de transição governamental, mesmo com a provocação de movimentos ligados à causa, como a ANTRA e a ABGLT.

### 3.1 OS 100 PRIMEIROS DIAS DE GOVERNO LULA (2023)

#### 3.1.1 Importância política da primeira centena de dias de um governo

Na política norte-americana, tradicionalmente os cem primeiros dias de um novo governo são utilizados pelos meios de comunicação como parâmetro de avaliação da administração que vem sendo feita (BORGES, 2008). No Brasil, desde a década de 90, esse critério de medida também passou a ser adotado como forma de acompanhar as movimentações político-administrativas de um novo governo, a fim de analisar padrões de comportamento que possam indicar projeções de como será o mandato (BORGES, 2008). Para Guilherme Cunha Costa (2017 apud COIMBRA; GALVÃO, 2017), “os cem primeiros dias de um governo têm um simbolismo muito forte. Determinam o perfil e enviam uma mensagem sobre o por vir. É o período que o novo governante escala a equipe, estabelece prioridades e monta sua base”. Daí a importância da presente análise.

#### 3.1.2 A representatividade política da população LGBTQIAPN+

Inicialmente, ressalta-se que apesar da diferença entre os conceitos de democracia e representação política, na prática, ambos estão especialmente ligados, principalmente em função da tentativa de regimes democráticos ocidentais em efetivar a participação do povo em seus governos por meio da representação política (PEREIRA, 2017). Esta surge, então, como alternativa à inviabilidade de todas as cidadãs e cidadãos se reunirem na administração pública para decidirem sobre a miríade de questões que interessam aos mais variados grupos de uma sociedade (PEREIRA, 2017).

Não obstante, o que se observa em países supostamente democráticos, é a ultra representação de determinados grupos<sup>12</sup> em detrimento de outros, que, por sua vez, são excluídos e invisibilizados na representação política, deixando de traduzir a diversidade social de uma nação (PEREIRA, 2017). Para Pereira (2017):

“É possível dizer que trabalhadores/as, mulheres, população negra e lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), só para citar alguns grupos, são obstados de ocupar espaços de poder tanto pela dinâmica da exclusão social quanto pelos filtros institucionais que tendem a reproduzir as desigualdades sociais na esfera pública e na política eleitoral”.

Logo, como produto deste cenário de desigualdade representativa, surgem sistemas políticos ineficientes e incapazes de trazer luz aos anseios da população, além de serem responsáveis por gerar na sociedade sentimentos de descrença em relação ao funcionamento das instituições públicas, bem como o não reconhecimento da política enquanto suposto instrumento de transformação social e de garantia de direitos (PEREIRA, 2017).

Assim, muito embora o conceito de representação política possua raízes históricas remotas, é possível citar a apresentação de um conceito moderno proposto por Hanna Pitkin, em sua obra “O conceito de representação” (1967). Para ela, baseando-se em “Leviatã” (HOBBS, 1651 apud PEREIRA, 2017), a fim de explorar os sentidos históricos da palavra, “a ‘representação’ é, em síntese, tornar presente o que está ausente” (PITKIN, 1967 apud PEREIRA, 2017). Entretanto, devido ao fato de a população LGBTQIAPN+<sup>13</sup> e outros grupos marginalizados não vislumbrarem no âmbito político perspectivas concretas de êxito eleitoral, sua ausência representativa começa desde a fase pré-eleitoral, isto é, em decorrência da descrença de lograrem êxito no complexo jogo eleitoral brasileiro, tais grupos muitas vezes sequer tentam se colocar como opção de voto<sup>14</sup> (PEREIRA, 2017). Daí o surgimento de categorias como

---

<sup>12</sup> Para Pereira (2017), as instituições representativas são ocupadas essencialmente por “homens, ricos, brancos e heterossexuais que não representam a pluralidade e a diversidade de sujeitos, pensamentos e interesses do povo brasileiro.”

<sup>13</sup> “...lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, assim como mulheres, negros, trabalhadores, entre outros grupos marginalizados”. (PEREIRA, 2017).

<sup>14</sup> E, mesmo quando representantes LGBTQIAPN+ alcançam cargos na política, Gorsdorf (2021) ainda relata situações de violências “que surgiram para desqualificar ou mesmo atentar a vida, apresentando em que medida a maior exposição destes corpos em espaços exclusivamente heteronormativos produz uma contrarreação política.” (GORSDF, 2021).

“aliados” ou “simpatizantes”, os quais são vistos com maiores expectativas de alcançarem cargos políticos e, a partir disso, impulsionarem a agenda LGBTQIAPN+ (PEREIRA, 2017). Ainda porque, uma vez se tratando da representação política LGBTQIAPN+, durante o período democrático brasileiro, foram poucos os/as representantes eleitos, “tornando as demandas por políticas públicas e direitos LGBTQI+ objeto do poder executivo e/ou judiciário, mas não do poder legislativo” (GORS DORF, 2021).

Ademais, tem-se que a representatividade não diz respeito apenas aos cargos eleitos pelo voto popular, mas também às nomeações feitas por governos eleitos e a participação popular observada em cada caso. Isto é, “a representatividade é conceito abrangente, que permeia todas as esferas de governo: desde os ministérios, a transparência, a comunicação pública e até mesmo o direcionamento de recursos para políticas públicas” (SALVADOR, 2023). Por isso é que, uma cultura democrática que seja estruturalmente forte, irá garantir a participação popular dos cidadãos e cidadãs em todos os âmbitos da esfera política, não se limitando apenas às eleições, mas também preocupando-se com a participação popular para a definição de políticas públicas (SALVADOR, 2023).

A partir disso, vê-se que a ideia de democracia se mostra umbilicalmente ligada à noção de representatividade, sendo que os governos eleitos devem, portanto, representar as diversidades da sociedade que representam (SALVADOR, 2023). Esse parece ter sido um aceno inicial do governo Lula (2023), visto que na cerimônia de posse houve a ocorrência de um ato inédito no país: a participação de representantes da sociedade no referido cerimonial (MENDONÇA, 2023). Durante esta solenidade, a faixa presidencial foi “passada a Lula por uma mulher negra e catadora cooperativista” (MENDONÇA, 2023). E, antes disso, a mesma faixa passou pelas mãos de: “um menino preto, um homem com deficiência, um metalúrgico, um professor, uma cozinheira, um artesão ativista e um cacique indígena” (MENDONÇA, 2023).

Logo, direcionando-se especificamente à representatividade política da população LGBTQIAPN+ por meio de nomeações feitas no governo Lula (2023), alguns nomes podem ser citados. Em primeiro lugar, Symmy Larrat, a escolhida para

ocupar o cargo de Secretária Nacional dos Direitos da População LGBTQIAPN+<sup>15</sup>, Secretaria que integra o Ministério dos Direitos Humanos, comandado pelo Ministro Silvio Almeida. Larrat foi presidente da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), uma das mais tradicionais entidades representativas do movimento LGBTQIAPN+ do Brasil. É formada em comunicação social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), tendo sido a primeira travesti a ser coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBTQIAPN+ da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, durante o governo da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). A Secretária nomeada, além de ser uma importante ativista da causa LGBTQIAPN+, é também uma pessoa travesti, o que traz ainda mais representatividade na ocupação de seu cargo, tendo em vista o fato de que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo (PINHEIRO, 2022).

Em segundo lugar, é possível citar o nome de Ruth Venceremos, escolhida para o cargo de assessora de diversidade e participação social, em indicação feita pelo Ministro da Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM), Paulo Pimenta. Tal nomeação também foi simbólica pelo fato de Ruth, além de ser uma militante do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), defensora da agenda LGBTQIAPN+, negra, pedagoga e mestra em educação pela Unicamp, também é *drag queen*<sup>16</sup>. Ainda, dentro das nomeações feitas pelo governo federal, e corroborando a ideia de Pereira (2017) referente à figura de “simpatizantes” – aqueles membros da política que apoiam a comunidade LGBTQIAPN+ – o próprio Ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, pode ser citado como um representante dessa categoria. Este, em seu discurso de posse, por exemplo, fortemente destacou “que a comunidade LGBTQIAPN+ é um dos focos do novo governo Lula”. Além disso, Almeida, por meio de sua atuação ministerial, também tem se dedicado à proteção e atendimento às demandas desta comunidade (iG QUEER, 2023).

---

<sup>15</sup> “Criada pelo novo governo Lula, a Secretaria Nacional voltada à população LGBTQIA+ será composta pelo gabinete principal, conselho, diretoria e duas coordenações. Mas apesar de seu ineditismo, o setor enfrentará dificuldades de orçamento – uma vez que o governo Bolsonaro não previu qualquer verba para a área em 2023”. (MALVEZZI, 2022).

<sup>16</sup> Entretanto, a assessora pediu exoneração do cargo menos de dois meses depois de assumi-lo. Segundo Venceremos, a sua decisão se deu pelo entendimento de que o momento seria de juntar forças com a sociedade civil. (ÉBOLI, 2023). A SECOM tem sido palco de polêmicas no governo Lula (2023), como pela “quase” nomeação do ex-deputado Jean Wyllys (PT) para fazer parte da equipe da referida Secretaria, mas que não veio a acontecer por “sabotagem” do Ministro Paulo Pimenta, segundo declaração de Wyllys. (MARTINS; TEIXEIRA, 2023; PODER260, 2023).

Por fim, em relação às eleições de 2022, vale destacar que foi registrado um recorde em relação aos candidatos LGBTQIAPN+ eleitos (BRONZE; LAUAND, 2022). Em um levantamento do Programa “Voto com Orgulho”, da Aliança Nacional LGBTI+, foram apontados 20 candidatos da comunidade LGBTQIAPN+ eleitos, entre eles nomes como: Fátima Bezerra (PT), como governadora do Rio Grande do Norte; Duda Salaberte (PDT-MG) e Erika Hilton (PSOL-SP), como deputadas federais – compondo a primeira bancada trans da história da Câmara dos Deputados; Dani Balbi (PcdoB-RJ), como deputada estadual do Rio de Janeiro; e Linda Brasil (PSOL-SE), como deputado estadual de Sergipe (MATOS, 2022)<sup>17</sup>. Sendo que “a maioria dos eleitos são do Psol, com nove candidaturas; seguido pelo PT, com cinco eleitos” (MATOS, 2022).

### 3.1.3 A institucionalidade criada em prol da comunidade LGBTQIAPN+

A institucionalidade a ser desenvolvida, ladeada com a preocupação atinente às questões sociais de um modo geral, foi preocupação do governo Lula (2023) durante o período de transição governamental. No Relatório de Transição (2022), por exemplo, se fez constar a reativação de conselhos de participação social e de mecanismos responsáveis por interagir com as organizações, lideranças e movimentos sociais. Desse modo, sob a prerrogativa de “reforçar o compromisso com a diversidade”, o referido documento destacou a transformação das antigas Secretarias Especiais dos Governos Lula I e II em Ministérios, concedendo-lhes maior relevância político-institucional. Assim, em um primeiro momento, pretendendo viabilizar a construção da agenda social do governo, foi mencionada a criação dos seguintes Ministérios: Ministério das Mulheres, Ministério dos Direitos Humanos, Ministério da Igualdade Racial e Ministério dos Povos Indígenas. Para o Relatório, tais mudanças seriam responsáveis por garantir direitos a essas populações, revertendo processos de exclusão que não raras vezes são reforçados pelas próprias políticas públicas.

---

<sup>17</sup> Outros nomes de candidatos e candidatas LGBTQIAPN+ eleitas foram: Clodoaldo Magalhães (PV-PE), Daiana Santos (PCdoB-RS), Dandara (PT-MG), Fábio Felix (Psol), Leci Brandão (PCdoB), Thainara Faria (PT), Ediane Maria do Nascimento (Psol), Guilherme Cortez (Psol), Bella Gonçalves (Psol-MG), Dani Monteiro (Psol-RJ), Dra. Michelle Melo (PDT-AC), Rosa Amorim (PT-PE), Verônica Lima (PT-RJ). (MATOS, 2022).

Entretanto, foi somente depois, por meio das redes sociais, que o Ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, anunciou a criação da Secretaria Nacional de promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+ em uma parceria com Flávio Dino, Ministro da Justiça e Segurança Pública (ALVES, 2022). O anúncio se deu após uma cobrança do cantor Lulu Santos em um canal de TV aberta, o qual suplicou ao novo governo por maior atenção e políticas públicas voltadas às pessoas LGBTQIAPN+ (ALVES, 2022) – atenção esta que faltou ao governo de transição. A criação da Secretaria Nacional LGBTQIAPN+ era a principal demanda de organizações nacionais engajadas na causa (ABGLT, 2022), conquista que se tornou ainda mais simbólica pela nomeação de Symmy Larrat como Secretária Nacional, a primeira travesti a ocupar este tipo de cargo no Brasil (MALVEZZI, 2022).

Assim, a importante missão de “desenvolver políticas públicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação e promoção dos direitos das pessoas” (BRASIL) LGBTQIAPN+ é a responsabilidade da Secretaria Nacional dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, a qual compete:

“Assistir o Ministro de Estado nas questões relativas às pessoas LGBTQIA+; Coordenar os assuntos, as ações governamentais e as medidas referentes às pessoas LGBTQIA+; Analisar as propostas de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres na área das políticas públicas para pessoas LGBTQIA+, além de acompanhar, analisar e fiscalizar sua execução; Articular com órgãos governamentais e não governamentais a implementação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos das pessoas LGBTQIA+; Exercer a coordenação de ações de fomento à cultura relacionadas à promoção, garantia e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+; e Coordenar as ações de relações institucionais no âmbito da promoção, da garantia e da defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+” (BRASIL)

Ainda, por meio do Decreto nº 11.471, de 06 de abril de 2023, o governo Lula (2023) instituiu o Conselho Nacional dos Direitos LGBTQIA+, um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, cuja finalidade é “colaborar na formulação e no estabelecimento de ações, de diretrizes e de medidas governamentais referentes às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais e outras - LGBTQIA+” (art. 1º, § único, Decreto Nº 11.471; NOGUEIRA, 2023). De acordo com o art. 2º do mesmo diploma normativo, ao referido Conselho compete:

- “I - colaborar com a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania na elaboração de critérios e parâmetros de ações governamentais, em níveis setorial e transversal, que visem a assegurar as condições de igualdade, de equidade e de garantia de direitos fundamentais às pessoas LGBTQIA+;
- II - propor estratégias para a avaliação e o monitoramento das ações governamentais voltadas às pessoas LGBTQIA+;
- III - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária da União, com possibilidade de apresentar recomendações quanto à alocação de recursos, com vistas à promoção e à defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+;
- IV - acompanhar proposições legislativas que tenham implicações sobre as pessoas LGBTQIA+ e apresentar recomendações sobre as referidas proposições;
- V - promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a temática de direitos e a inclusão das pessoas LGBTQIA+;
- VI - apoiar campanhas destinadas à promoção e à defesa de direitos e de políticas públicas para as pessoas LGBTQIA+;
- VII - organizar a Conferência Nacional LGBTQIA+ e outros eventos de âmbito nacional com impacto sobre as pessoas LGBTQIA+, no âmbito de sua atuação;
- VIII - manter intercâmbio e cooperação com órgãos e entidades, públicos e privados, nacionais e internacionais, incluídos outros conselhos da administração pública, com vistas ao estabelecimento de estratégias comuns de atuação para a promoção e a defesa dos direitos e das políticas públicas em prol das pessoas LGBTQIA+;
- IX - fomentar a criação de redes institucionais e de planos voltados a assuntos no âmbito de sua atuação; e
- X - receber e analisar representações ou denúncias de condutas ou situações contrárias aos direitos das pessoas LGBTQIA+ e encaminhá-las aos órgãos competentes para as providências cabíveis.”

### 3.1.4 Discursos e políticas voltados à comunidade LGBTQIAPN+

Para Bond (2023), no novo governo Lula (2023) “as políticas de direitos humanos voltam com fôlego nos 100 primeiros dias”. Durante esse período, olhou-se com mais atenção para as pessoas negras, as vítimas da ditadura civil-militar (1964-1985), as mulheres e à comunidade LGBTQIAPN+ (BOND, 2023). Por meio do Relatório de Transição (2022), houve ainda o apontamento de três principais vertentes causadoras do desmonte das políticas públicas observadas durante o governo anterior: “o revisionismo histórico dos direitos humanos, a restrição à participação social e o corte no orçamento” (BOND, 2023).

Nesse sentido, desde logo, quanto aos direitos humanos, “o primeiro marco do ministério foi a própria indicação do advogado, professor universitário e filósofo Silvio Almeida ao cargo de titular da pasta” (BOND, 2023). Este, em sua cerimônia de posse, foi responsável por um discurso contundente em defesa da comunidade

LGBTQIAPN+, considerada, para ele, como um dos focos do novo governo (iG QUEER, 2023). No entanto, tal posicionamento em discursos faltou ao Presidente Lula. Em seu momento de fala durante a cerimônia de posse, por exemplo, apesar do discurso inclusivo, não houve comentários diretamente voltados às pessoas LGBTQIAPN+ (iG QUEER, 2023). Este, havia sido inclusive um dos pedidos presentes na carta enviada pela ANTRA ao Presidente Lula ainda em 2022<sup>18</sup>. Todavia, diante da ausência de qualquer manifestação nesse sentido durante o discurso de posse do Presidente Lula, a referida associação demonstrou seu descontentamento pelas redes sociais:

"Não nos mencionar ou celebrar nossa existência - e nossas lutas, é uma falha grave que existiu na campanha e se mantém na posse! Isso tem que mudar!". (iG QUEER, 2023). "LGBTQIA+ querem democracia, e não se luta contra as injustiças ou as desigualdades sem considerar as existências LGBTQIA+. Queremos participar da união ou reconstrução do país!!! Não é possível falar em futuro ignorando que o país é o que mais mata pessoas trans do mundo. O Brasil tem uma dívida com as LGBTQIA+ e o governo Lula tem que fazer um aceno público em prol da nossa comunidade". (iG QUEER, 2023).

Diferentemente ocorreu em um simbólico discurso de Silvio Almeida, que inclusive fez questão de citar até mesmo uma a uma as pessoas da sigla LGBTQIAPN+ no cerimonial em que assumiu a pasta dos Direitos Humanos:

"Como primeiro ato, quero dizer o óbvio que foi negado nos últimos quatro anos: (...) pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, intersexo e não binárias, vocês existem e são muito valiosas para nós" [...] "Todos e todas que têm seus direitos violados, vocês existem e são valiosas para nós. Com esse compromisso, quero ser ministro de um país que põe a vida e a dignidade em primeiro lugar"

Assim, após um longo período de desatenção governamental quanto aos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, logo em janeiro deste ano a comunidade de pessoas trans pôde observar o lançamento de uma nova campanha em defesa de suas vidas e seus direitos: "Construir para Reconstruir" (BOND, 2023). Levada a cabo

---

<sup>18</sup> "Simbolicamente, é fundamental que o senhor fale abertamente sobre a defesa de nossos direitos. Diversos líderes pelo mundo têm feito esse aceno em consonância com tratados internacionais que já avançaram nessa questão, e isso tem um impacto direto na vida de nossa comunidade". (ANTRA, 2022)

no mês da Visibilidade Trans<sup>19</sup>, “a campanha consistiu na veiculação de publicações digitais e matérias especiais por meio das redes sociais do órgão” (BOND, 2023), qual seja, do Ministério dos Direitos Humanos. Isso, dentro do país em que a expectativa de vida das pessoas pertencentes a esse grupo é de 35 anos, evidencia a extrema relevância de tal campanha para a preservação dessas vidas. Por meio de uma das mensagens divulgadas pelo projeto, essa realidade é denunciada para que possa ser coletivamente transformada: “A minha existência não fere você, mas o seu preconceito me impede de viver” (BOND, 2023).

Ademais, em março deste ano, o Ministério dos Direitos Humanos também divulgou o lançamento de um “mapeamento de políticas públicas para a promoção da cidadania das pessoas LGBTQIA+, distribuídas em todos os estados e capitais” (BOND, 2023; BRASIL, 2023). O material desenvolvido faz parte do Programa Atena<sup>20</sup>, o qual é desenvolvido pela Aliança Nacional LGBTI+ e Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT (GAI), contando com o apoio institucional de outras iniciativas ligadas à pauta LGBTQIAPN+<sup>21</sup> (BOND, 2023).

## 4 ANÁLISE CRÍTICA

### 4.1 IDEOLOGIA, SUBJETIVIDADE E (NEO) FASCISMO: A ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA E O “CAPITALISMO FLEXÍVEL”

---

<sup>19</sup> “O Dia Nacional da Visibilidade Trans é celebrado em 29 de janeiro e traz atenção para as reivindicações da população travesti e trans brasileiras. A data global, celebrada em 31 de março, reforça este coro ao trazer cenários e possibilidades diversas de políticas públicas para esta população em várias partes do mundo.” (MAIA, 2023).

<sup>20</sup> “Em novembro de 2021 a Aliança Nacional LGBTI iniciou o Programa Atena. Seu objetivo é fazer um levantamento das políticas públicas de promoção da cidadania LGBTI+ no Brasil para a difusão de conhecimento e informações, bem como criar estratégias de participação social e de fortalecimento de instrumentos de controle social e diálogos entre sociedade civil e poder público para promoção de políticas públicas para a promoção da cidadania LGBTI+, reduzindo as desigualdades sociais.” (GRUPO DIGNIDADE).

<sup>21</sup> Como o apoio do “Fórum Nacional de Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais de Políticas Públicas para População LGBT (Fonges) e da Associação da Parada LGBT de São Paulo. Também apoiam o programa a Rede Trans Brasil, o Fórum Nacional de Pessoas Trans Negras, a Associação Brasileira de Estudos da Trans Homocultura, a Liga Trans Masculina João W. Nery e o Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (Ibrat)”. (BOND, 2023).

Na tentativa de explicar o fenômeno brasileiro de ascensão do conservadorismo e autoritarismo, diversos termos foram utilizados para defini-lo, entre eles: “a) onda ou maré conservadora; b) autoritarismo; c) bolsonarismo; d) neofascismo; e) novas direitas; f) extrema direita; g) direita radical; h) neoliberalismo; i) democracia iliberal; j) populismo etc.” (NETO, 2020). Entretanto, em meio a tantas interpretações polissêmicas, Schuback (2021) identifica uma “resistência a reconhecer como fascismo ou neofascismo o autoritarismo contemporâneo, em particular, o do Brasil”. Para ela, isso reflete a nebulosidade quanto ao conceito de fascismo, a qual precisa ser enfrentada para que se torne possível analisar suas formas contemporâneas (neofascismos).

Assim, buscando entender como o fascismo histórico galgou expressivo apoio popular na Alemanha e Itália do século passado, ao fim de analisar o movimento que hoje é engendrado pela Nova Direita/ Aliança Conservadora (LIMA; HYPOLITO, 2020), é possível traçar uma análise referente ao imaginário<sup>22</sup> social daquela época. Nesse sentido, a Escola de Frankfurt desenvolveu importantes estudos acerca da subjetividade<sup>23</sup> e ideologia<sup>24</sup> no fascismo, auxiliando teoricamente o entendimento de como esse movimento político foi tão bem recepcionado por grande parte dos europeus no século passado e, ainda hoje, reverberando-se no chamado neofascismo e em uma nova reação conservadora (MASCARO, 2022).

Inseridos nessa referida Escola de pensamento, em meados do século passado, um grupo de pesquisadores buscou acoplar as ideias de Freud e Marx para o entendimento de tal fenômeno do fascismo, culminando no que se chamou de “freudomarxismo” (MASCARO, 2022). Com isso, se buscou utilizar da descoberta freudiana da subjetividade e do inconsciente em conjunto com a noção de

---

<sup>22</sup> “O imaginário possui uma função social e aspectos políticos, pois na luta política, ideológica e de legitimação de um regime político existe o trabalho de elaboração de um imaginário por meio do qual se mobiliza afetivamente as pessoas. Nele *“as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado presente e futuro...O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias ...[e]...por símbolos, alegorias, rituais, mitos.”* (Carvalho, 1987: 11). Assim o campo do imaginário também é um campo de luta política e pelo poder, onde se cruzam interesses de grupos sociais e ideologias.” (SERBENA, 2003).

<sup>23</sup> “Por subjetividade entende-se o processo pelo qual algo se torna constitutivo e pertencente ao indivíduo de modo singular. É o processo básico que possibilita a construção do psiquismo”. (SILVA, 2009).

<sup>24</sup> “Ideologia pode significar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação a realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial que os indivíduos vivenciam suas relações com um estrutura social até as idéias falsas que legitimam um poder dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse” [sic]. (ZIZEK, 1996: 9 apud SERBENA, 2003).

sociabilidade capitalista proposta por Marx. Os primeiros teóricos dessa linha de pesquisa foram Erich Fromm e Wilhelm Reich (MASCARO, 2022). Para eles, havia uma íntima relação entre o fascismo e o que se passou a chamar de um caráter autoritário desse sistema que se difundiu nas relações sociais. Reich, por exemplo, ao investigar a ideologia autoritária em sua obra, “Psicologia de massas do fascismo”, se debruçou em questões voltadas à “economia sexual da família autoritária” e da “política sexual”, buscando a partir disso, encontrar o cerne do “desejo e da repressão que se encontram na base do fenômeno nazifascista” (MASCARO, 2022).

Desse modo, Reich acreditava que a subjetividade é resultante de diversas “interpelações sociais ao indivíduo, num processo amplo pelo qual os sujeitos impõe seu caráter socialmente e socialmente são constituídos pela sociedade” (MASCARO, 2022). Isto é, para ele, o fascismo advém de uma gama de perfis autoritários que estão espalhados na sociedade. Dessa forma, se estabelece uma relação em que os interesses da classe burguesa (ideologia objetiva), são internalizados pelas classes sociais “com base em pulsões de prazer e repressão dos indivíduos (ideologia subjetiva)” (MASCARO, 2022). Com base nisso, o fascismo não seria uma imposição, mas sim uma construção recíproca e dialética feita com a sociedade. Portanto, por meio da reflexão psicanalítica acerca da problemática, Reich chega às seguintes conclusões:

“a combinação da estrutura socioeconômica com a estrutura sexual da sociedade e a reprodução estrutural da sociedade verificam-se nos primeiros quatro ou cinco anos de vida, na família autoritária [...] A estrutura autoritária do homem é basicamente produzida – é necessário ter isto presente – através da fixação das inibições e dos medos sexuais na substância viva dos impulsos sexuais. [...] O resultado é o conservadorismo, o medo da liberdade; em resumo, a mentalidade reacionária” (REICH, 1933 apud MASCARO, 2022)

Ademais, Reich busca também entender o motivo pelo qual em épocas de crise o indivíduo da classe média se revolta contra o “sistema”, de modo a, mesmo em dificuldades econômicas, recorrer a um apelo ao reacionarismo e uma rejeição ao progresso (MASCARO, 2022). Para tanto, ele entende que a raiz do problema reside na repressão da sexualidade que ocasiona a inibição da liberdade. Isto é, corresponde ao efeito da ideologia também sobre a base econômica: “a inibição sexual altera de tal modo a estrutura do homem economicamente oprimido, que ele passa a agir, sentir

e pensar contra os seus próprios interesses materiais” (REICH, apud MASCARO, L2022). Nesse ínterim, é na chamada família autoritária que se assenta a base do pensamento reacionário. Ela “é uma fábrica onde a ideologia e a estrutura reacionária são produzidas. A proteção à família, isto é, à família autoritária e numerosa é o princípio básico de toda a política cultural reacionária” (REICH apud MASCARO, 2022). Tudo isso é mascarado pela suposta “proteção ao Estado, à cultura e à civilização”. (REICH apud MASCARO, 2022)).

Já para Adorno e Horkheimer, o que acontece no fascismo é uma substituição psíquica da figura do pai pelo Führer, além de uma “identificação narcísica do sujeito com o objeto fascista idealizado no qual se espelha, tanto na projeção de força quanto na de fraqueza” (MASCARO, 2022). Ou seja, a liderança fascista não representa uma figura distante e diversa das massas que o apoiam, ao contrário, “tem as virtudes e os poderes desejados por cada sujeito e também os mesmos defeitos, acabando por legitimar suas fraquezas” (MASCARO, 2022). O que acontece, por efeito, não é uma mudança da psique social, pelo contrário, é uma confirmação desta. A partir disso é que o movimento fascista, politicamente na construção de seus inimigos a serem combatidos, revela, “em sua materialidade, a manutenção das condições de reprodução da exploração capitalista, mudando o político para conservar o econômico” (MASCARO, 2022). Para Adorno, o fascismo acoplava-se perfeitamente ao capitalismo de perfil liberal. (MASCARO, 2022).

Hoje, o neofascismo e a aliança conservadora também encontram apoio no sistema econômico em que se inserem. Prova disso é o fato de que as governanças de extrema direita em ascensão em diversos países, em ambos os hemisférios, provêm das novas formas e dinâmicas do capital, estabelecidas pelo chamado “capitalismo flexível” (DRUCK; FILGUEIRAS, 2019). Este, é “impulsionado e moldado pelas novas tecnologias, a financeirização da acumulação e as reformas políticas neoliberais” (DRUCK; FILGUEIRAS, 2019), o que foi capaz de promover uma nova maneira de produção e consumo, reconfigurando o trabalho e as classes sociais, as quais foram realocadas em uma nova racionalidade social “que tem como centro e guia a competição e o individualismo” (DRUCK; FILGUEIRAS, 2019). Ou seja, “na sociedade neoliberal/neoconservadora, com elementos desintegradores e excludentes, prevalece o princípio da ‘insegurança coletiva’” (DORNELLES, 2008:19 apud LACERDA, 2018).

Já para Christian e Pierre Dardot, na obra “A nova razão do mundo”, o neoliberalismo não representa apenas um paradigma econômico, mas também uma nova racionalidade governamental. Este conceito foi desenvolvido por Foucault, e corresponde ao encontro de um modelo de sociabilidade com uma racionalidade governamental (OLIVEIRA, 2023). Nesse sentido, tal modelo de sociabilidade neoliberal se refere à introjeção da lógica empresarial nos sujeitos, fazendo com que estes passem a agir de modo “autarquizado”, disputando entre si nos mais diversos níveis da vida social (política, economia, cultura etc.). Sendo o papel da racionalidade de governo neoliberal justamente permitir que este embate social se torne possível, isto é, ser responsável pela liberação deste comportamento, o qual passa a ser sinônimo de liberdade. Para tanto, todos os recursos para viabilizar esse padrão de comportamento devem ser possíveis, como a liberação de armas de fogo, disseminação de fake News, militarização etc. É por isso que qualquer tipo de atividade reguladora que pretenda limitar tais comportamentos individuais é tida como autoritária e contra “as liberdades” (OLIVEIRA, 2023).

Para Oliveira (2023), todavia, engana-se quem pensa que este panorama advém de uma degradação de ordem moral. Em verdade, para ele, é apenas mais um produto do próprio capitalismo. Explica-se: o neoliberalismo, enquanto racionalidade governamental, viabiliza o pleno desenvolvimento de acumulação de capital na atual fase de “acumulação flexível”<sup>25</sup>. Ou seja, para que se organize globalmente a produção capitalista em “centros gerenciadores de nichos produtivos”, urge a necessidade de formação de uma convergência normativa das “relações de trabalho e de fluxos de capital” que se dá a partir dos comandos enviados por esses centros. Por conseguinte, tal esquema de acumulação se executa por meio de redes telemáticas também controladas pelos centros corporativos, as quais estimulam as competições individuais (OLIVEIRA, 2023).

---

<sup>25</sup> A acumulação flexível caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Envolve, também, rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas” (Harvey, 1995:140). Disponível em: <<https://www.scielo.br/ij/spp/a/P87NC7ZMqpymgR9t3gBG8yh/?lang=pt#>>. Acesso em 05 ago. 2023.

Logo, para Oliveira (2023) há uma tênue linha que separa os conceitos de liberdade e democracia da definição de fascismo, a qual não ocorre por acaso, ao contrário, decorre diretamente do modelo de sociabilidade neoliberal de acumulação de riquezas. Isto é, transcende o plano eleitoral e atinge também as relações cotidianas, impactando no sentido atribuído à palavra “liberdade”, que no extremo passa a ser traduzida por “lei da selva” (OLIVEIRA, 2023). Em suma, liberdade, no contexto atual, corresponde à utilização de tantos recursos forem necessários para que se prevaleçam interesses individuais. Para Oliveira (2023), “a cultura neofascista que vai se consolidando é a exacerbação do clima de competição do neoliberalismo. Por isto, enfrentar o fascismo é, antes de tudo, acabar com a sua base econômica, o neoliberalismo”.

Logo, por consequência do fenômeno neoliberal e neofascista, nas sociedades, o que se observou foi o intenso aumento da instabilidade e das crises econômicas, responsáveis por gerar “sentimentos de insegurança, raiva e o ódio difuso, fobias de todos os tipos, ressentimentos com relação a algum ou alguns ‘outros’” (DRUCK; FILGUEIRAS, 2019). E, como a história já demonstrou no passado, tal cenário econômico-social e político é o ideal para a prosperidade das mais diversas manifestações ideológicas voltadas à extrema direita, que podem, ou não, pertencer ao fascismo. E muito embora não seja uma cópia do fascismo histórico vivido na Itália e Alemanha do século passado, este fenômeno mundial que hoje se vive resguarda grandes semelhanças com as características observadas no espectro fascista do passado – daí a denominação de neofascismo (DRUCK; FILGUEIRAS, 2019). Veja-se:

- “1- o apelo ao autoritarismo e contra o “sistema” e o Estado de Direito;
- 2- o uso da legalidade democrática e de suas instituições para constituição de um Estado de Exceção, por dentro da ordem democrática;
- 3- o ataque raivoso a todas as tendências de esquerda (comunistas, socialistas e socialdemocratas);
- 4- a defesa do nacionalismo (real ou apenas retórico) xenófobo, com a negação da existência de classes e conflitos de classe no interior da nação;
- 5- a desqualificação e, no limite, destruição das organizações dos trabalhadores (Partidos, sindicatos, associações etc.);
- 6- a escolha de algum “outro” como causador e bode expiatório de todos os males, fobias e ressentimentos;
- 7- o exercício de uma “guerra cultural-ideológica” permanente, na qual se destaca a adoção de narrativas e explicações de caráter místico-religioso e de natureza anti-intelectual, uma espécie de anti-iluminismo que agride a razão, e que procura desacreditar o conhecimento científico, histórico e

cultural acumulados durante mais de cinco séculos, desde a época do “Renascimento”.

8- a exploração das emoções e afetos regressivos, com o estímulo e uso da violência, brutalidade e grosseria;

9- e, por fim, como instrumento de difusão e implementação deste “programa”, a mobilização política de massa, com a constituição de um movimento ativo, agressivo e, no limite, violento.” (DRUCK; FILGUEIRAS, 2019)

As características supracitadas são um denominador comum às formas que o neofascismo tem se expressado ao redor do mundo, seja como movimento ideológico, seja já como liderança de governo (DRUCK; FILGUEIRAS, 2019). Além disso, uma vez sabido que o neofascismo contemporâneo é consequência econômica e social do “capitalismo flexível” e neoliberal, entende-se, então, que pode ser referido como “neofascismo neoliberal”: “uma espécie de combinação aparentemente bizarra de nacionalismo xenófobo com neoliberalismo” (DRUCK; FILGUEIRAS, 2019). Todavia, diante da incapacidade estrutural de o capitalismo neoliberal atender à coletividade de interesses sociais, o Estado de Exceção tem sido chamado para preencher tal lacuna – acompanhado ou não de um regime neofascista. Isto é, o Estado de Exceção tem sido adotado como a resposta para o conflito cada vez mais acentuado entre democracia e capitalismo neoliberal, representando, por sua vez, “a crise do Estado Nacional colocado em ‘xeque’ pela mundialização do capital” (DRUCK; FILGUEIRAS, 2019). Daí decorre uma marcante diferença entre o fascismo histórico e o neofascismo contemporâneo: enquanto aquele conseguiu cooptar os diversos setores da sociedade (setores econômicos, sociais, políticos, culturais etc.), este, imbricado com o neoliberalismo, não foi capaz de constituir um Estado com um “projeto nacional totalizante” (DRUCK; FILGUEIRAS, 2019). Daí a necessidade do chamamento ao Estado de Exceção, para que, por meio de atos do executivo, preencha-se as lacunas deixadas pelo capitalismo flexível e neoliberal em setores da sociedade que estes não conseguiram alcançar/cooptar.

#### 4.2 DEMOCRACIA À BRASILEIRA, REPRESENTAÇÃO POLÍTICA LGBTQIAPN+ E DESAFIOS

Para Carlos Ayres Britto, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o Brasil estaria vivendo “uma pausa democrática; um freio de arrumação para ideias,

valores e processos da sociedade brasileira” (MIGUEL, 2019). Isso demonstra uma conduta comum assumida pelas classes dominantes do Brasil, que acreditam ser possível “pausar” a democracia com o intuito de resolver certos problemas e, em seguida, retomá-la como se nada tivesse acontecido, com todas as problemáticas que a solapavam resolvidas (MIGUEL, 2019). Ledo engano. A história comprova que após o golpe civil-militar de 1964, por exemplo, o país vivenciou uma ditadura militar por mais de 20 anos, com cerceamento de direitos e da liberdade individual. O mesmo com o golpe de 2016, que foi responsável por anos depois favorecer o complexo cenário político, econômico e social que levou ao poder um grupo com agenda política autoritária de viés fascista (MIGUEL, 2019). Assim, para Miguel (2019) foi nesse último momento que a democracia no Brasil se mostrou desconsolidada, já que foi nesse período que grupos dominantes entenderam que o jogo eleitoral não mais lhes aprovava, criando-se base para o golpe de 2016. E, enquanto tais grupos gozarem deste poder decisório ilegítimo, nenhuma democracia poderá ser considerada sólida e consistente (MIGUEL, 2019).

Nesse ínterim, é que Schwarcz (2019) pontua que a democracia não se sustenta somente com o processo democrático e o livre funcionamento das instituições, mas também se manifesta no cotidiano social que a sustenta. Contudo, este “tem enfrentado momentos difíceis” (SCHWARCZ, 2019, p. 192), não só por ser abalado por grupos dominantes que rejeitam os processos democráticos, mas também por uma série de comportamentos sociais que têm estremecido a ordem democrática. A exemplo disso, a autora cita: a nostalgia de uma ditadura inserida num passado mitificado; o perfil messiânico dado a determinados representantes políticos; os ataques às minorias, como indígenas, afrodescendentes, homossexuais, queers e transexuais; a intolerância religiosa; a repressão pedagógica sob a justificativa de estar se evitando uma doutrinação ideológica; o armamentismo etc. Schwarcz (2019, p. 171) ainda relembra o fato de a história mostrar que:

“quanto mais autoritários são os regimes políticos, maiores são as tendências para que se intensifiquem tentativas de controle das sexualidades, dos corpos e da própria diversidade. A violência e o clamor por segurança foram, como temos aqui comentado, os temas que mais se destacaram nas eleições de 2018 e ocuparam parte intrínseca dos discursos eleitorais dos políticos que se sagraram vencedores nesse pleito. Não obstante, a seletividade dos casos que merecem justiça, o silêncio público diante da criminalidade de grupos de identidade específicos, representam uma mostra de como a violência no

Brasil e o combate a ela têm não só cor, geração e classe social mas também sexo e gênero.”

Não obstante, o que se vive no Brasil é uma nova onda conservadora, com o aumento da força política de partidos de direita e extrema-direita (SANTOS, 2020). A disputa acirrada de Lula e Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2023, para o economista Róber Iturriet Avila, evidenciou que "a extrema-direita está enraizada e muito mais forte do que se supunha. Tem um tamanho que nunca teve na história brasileira, alavancada por empresários, produtores rurais e organizações internacionais". Para Lacerda (2018 apud SANTOS, 2020), as questões de gênero e diversidade sexual são elementos nos quais esta nova direita brasileira e a onda conservadora se utilizam para se organizar coletivamente. Na mesma linha de raciocínio, Brown (2019 apud SANTOS, 2020), “argumenta que forças da extrema direita chegaram ao poder em diversas democracias liberais, com sentimentos racistas, homofóbicos, sexistas etc. adquirindo bases políticas e legitimidade”. É nesse contexto que se insere a moralidade tradicional, a qual vem sendo assegurada e emanada pela defesa neoliberal do conceito de família criado e defendido por tais grupos conservadores (SANTOS, 2020).

Desse modo, tendo em vista que as religiões possuem importante ativismo político no Brasil, principalmente em defesa de um conceito único de família e se opondo ao debate sobre questões de gênero e sexualidade (SANTOS, 2020), isso demonstra mais um entrave à agenda LGBTQIAPN+ no cenário político brasileiro. Ou seja, “a mobilização da família articula não só a luta das religiões organizadas contra a igualdade de gênero e a diversidade sexual, mas serve a uma racionalidade neoliberal que mina cada vez mais outras possibilidades de afeto, de cuidado e de solidariedade” (SANTOS, 2020) que não correspondam ao conceito fundamentalista religioso de família. A exemplo disso, é possível citar a atuação da bancada religiosa brasileira durante a Constituinte de 1988. Esse foi o marco das primeiras tentativas de interlocução do movimento LGBTQIAPN+ com o poder Legislativo, como a proposta de inserir o termo “discriminação por orientação sexual”, no artigo 5º do texto constitucional. Tentativa fracassada devido ao veto de deputados da bancada religiosa (IRINEU, 2014), destacando-se a fala do Deputado Salatiel Carvalho:

“os evangélicos não querem que os homossexuais tenham igualdade de direitos porque a maioria da sociedade não quer [...] os direitos que eles [homossexuais] entendem como seus podem ser prejudiciais à formação da própria família, podem ser prejudiciais, inclusive, à formação e à educação” (CÂMARA, 2000, p. 129 apud IRINEU, 2014).

O que se vê é que, quando grupos filiados aos valores tradicionais têm sua representação ampliada em sede legislativa com o aumento de sua força política, a defesa da família “anti-homossexual” é engrossada no debate político e de direitos, também sendo observado o aumento “de uma perspectiva de controle da autonomia do sujeito e punição do prazer, sobrepondo-se às demandas por reconhecimento dos direitos humanos” (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2007 apud IRINEU, 2014). É diante desse cenário hostil no poder Legislativo, e com um judiciário que depende de provocações individuais, que Mello et al. (2010, apud IRINEU, 2014) analisou que somente restou ao movimento LGBTQIAPN+ recorrer ao poder Executivo (GORSODORF, 2021). Essa percepção fez com que tal movimento passasse a atuar mais ativamente pelos meios de educação, segurança e saúde, dialogando também de maneira mais ativa com as universidades, com outros movimentos sociais e inclusive com partidos políticos. (IRINEU, 2014). Foi assim que durante o governo Lula (2003-2010), o Poder Executivo passou a construir diálogos com agenda LGBTQIAPN+, a qual experimentou seus primeiros avanços em âmbito federal, o que continuou no governo seguinte, com a ex-presidenta Dilma (IRINEU, 2014). Daí um dos motivos para as expectativas criadas com o novo governo Lula (2023).

Ainda, a crítica ao (neo) liberalismo é ponto nevrálgico no entendimento da problemática referente à falta de representação política e entrave da agenda de direitos direcionados a determinados grupos da sociedade que são subalternizados, como a comunidade LGBTQIAPN+. Isso porque o neoliberalismo busca propagar o ideário de que todos e todas gozam de iguais direitos à liberdade, à igualdade e demais direitos formais (PEREIRA, 2017). Uma falácia. O que pode ser tranquilamente comprovado, bastando que se observe a realidade fática e social na qual as desigualdades de direitos são inerentes à lógica neoliberal que se apregoa (PEREIRA, 2017). Não bastasse isso, ainda se denota que as questões de gênero e sexualidade permanecem envoltas pelo chamado “pânico moral”, o qual para Miskolci (2007, p. 103 apud IRINEU, 2014), corresponde aos “mecanismos de resistência e controle da transformação societária que surgem a partir do medo social com relação

às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras”.

Assim, para Chauí (2007 apud IRINEU, 2014), o processo político no Brasil ainda necessita desenvolver a “criação de direitos”, já que “o que temos é aquilo que ainda classicamente se chama de democracia formal. Mas é preciso uma democracia social e cultural” (CHAUÍ, 2007 apud IRINEU, 2014). É nesse sentido que se inserem as políticas sociais<sup>26</sup>, que pretendem apresentar respostas aos anseios sociais por direitos, possibilitando a “emancipação política das ‘classes subalternas’” (IRINEU, 2014). Sendo esta uma luta incansável dos movimentos LGBTQIAPN+ no Brasil há anos. Para Márcia Rocha, advogada e coordenadora do projeto Transempregos, com o novo mandato de Lula a “tendência para as políticas públicas LGBTQ+ é de um cenário que ‘só pode melhorar porque pior do que estava é impossível’” (iG QUEER, 2023).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho se buscou entender o complexo cenário político, econômico e social anterior à retomada de Lula, o qual propiciou o avanço da agenda conservadora e neoliberal no Brasil, bem como se pretendeu investigar as nuances em torno da promoção dos direitos LGBTQIAPN+ nos cem primeiros dias de governo. Para tanto, construiu-se um paralelo com o governo de transição (Bolsonaro-Lula) e uma análise da representatividade política, da institucionalidade criada e os discursos e políticas em prol da comunidade LGBTQIAPN+ desenvolvidos na primeira centena de dias do governo Lula (2023), o qual compreendeu o período de 01/01/2023 a 10/04/2023. Além disso, foi intenção deste trabalho analisar criticamente o cenário político atual, que tem proporcionado o recrudescimento de discursos conservadores e neoliberais, que atacam a democracia, as instituições, e os grupos sociais mais vulneráveis e/ou historicamente reprimidos, como as mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIAPN+, com foco na análise deste último grupo.

---

<sup>26</sup> “ao conciliar todas as forças e agentes sociais, comprometendo o Estado, a política social se afigura uma política pública, isto é, um tipo, dentre outros, de políticas públicas” (PEREIRA, 2011 apud IRINEU, 2014)

Nessa perspectiva, alguns avanços foram observados, como com a criação da Secretaria Nacional dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, sob o comando de Symmy Larrat, órgão ligado ao Ministério dos Direitos Humanos, chefiado por Silvio Almeida, o qual também tem acenado a favor da defesa dos direitos LGBTQIAPN+, inclusive afirmando em seu discurso de posse que a comunidade LGBTQIAPN+ seria um dos focos do novo governo Lula (2023). Por outro lado, Ricardo Sales, CEO da Mais Diversidade<sup>27</sup>, afirmou que a referida Secretaria Nacional LGBTQIAPN+ sofre com falta de orçamento, o que prejudica seu funcionamento<sup>28</sup>. Além disso, e já analisando o primeiro semestre do governo Lula (2023), Sales destaca que o presidente ainda não recebeu as lideranças LGBTQIAPN+, bem como o fato de a primeira-dama priorizar encontros com influenciadores em vez do “diálogo com movimentos sociais organizados” (iG QUEER, 2023). Em uma análise semestral do governo, a deputada estadual Dani Balbi também reforça a necessidade de uma agenda que dê atenção para a inclusão de pessoas LGBTQIAPN+ em espaços públicos, como o mercado formal de trabalho e universidades, por exemplo (iG QUEER, 2023).

Ademais, outro fator analisado pelo movimento LGBTQIAPN+ foi a formação, nas últimas eleições, de um Congresso Nacional ainda mais conservador do que aquele que foi visto no governo anterior à Lula (2023). O que representa uma ameaça aos direitos LGBTQIAPN+: “um levantamento realizado pelo jornal O Globo identificou, em março deste ano, 68 propostas em tramitação no Congresso Nacional, estados e municípios que têm como objetivo limitar direitos da comunidade LGBTQIAPN+” (iG QUEER, 2023). Nesse sentido, Sales também destacou que o Congresso Nacional jamais aprovou uma lei pró-LGBT, sendo que os direitos assegurados no Brasil para essa população são provenientes do poder judiciário (iG QUEER, 2023). Para Irineu (2014), a judicialização de direitos da comunidade LGBTQIAPN+, cria uma falsa impressão de cidadania plena para esse grupo, visto

---

<sup>27</sup> “A Mais Diversidade é a maior consultoria de diversidade e inclusão da América Latina. Aliamos grande experiência de mercado a sólido conhecimento acadêmico para oferecer soluções completas em diversidade e inclusão. Apoiamos empresas de diversos setores na construção de estratégias de diversidade alinhadas à cultura organizacional e necessidades de negócio” (MAIS DIVERSIDADE, 2023).

<sup>28</sup> “Sales ainda ressalta as qualidades de Symmy Larrat, mas critica a falta de orçamento para a secretária trabalhar: “Ela é aguerrida, dedicada e tem lastro no movimento. No entanto, seu orçamento ainda é pequeno. Ela precisa de dinheiro para trabalhar. Isso precisa ser corrigido no próximo ano”.” (iG QUEER, 2023).

que tais conquistas ao serem garantidas somente pela via jurídica<sup>29</sup>, demonstram-se extremamente frágeis, já que podem ser revogadas a qualquer tempo.

Um exemplo de uma conquista judiciária que hoje está sob ameaça é o casamento de pessoas LGBTQIAPN+. Este direito foi conquistado por uma jurisprudência do STF de 2011 (ADI 4277), a qual passou a reconhecer a união entre casais do mesmo sexo enquanto entidade familiar (HAJE; JÚNIOR, 2023). Contudo, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou um projeto que proíbe o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Esta medida é de relatoria do deputado Pastor Eurico (PL-PE), a qual foi apresentada pelo Projeto de Lei 580/07, pautando-se, inclusive, em critérios argumentativos religiosos<sup>30</sup> (HAJE; JÚNIOR, 2023). Esta tentativa demonstra que, dentro de movimentos políticos autoritários e conservadores, há uma intenção de “controle das sexualidades, dos corpos e da própria diversidade” (SCHWARCZ, 2019, p. 171).

Vale ressaltar que se posicionaram contra o referido projeto deputadas como Laura Carneiro (PSD-RJ), Erika Kokay (PT-DF), Daiana Santos (PCdoB-RS) e Erika Hilton (Psol-SP) (HAJE; JÚNIOR, 2023). Por outro lado, foram a favor desse projeto de revogação de direitos, deputados como Priscila Costa (PL-CE), Messias Donato (Republicanos-ES) e Pastor Marco Feliciano (PL-SP) (HAJE; JÚNIOR, 2023). Ainda, é importante mencionar que integrantes da sociedade civil estiveram presentes na votação do Projeto de Lei 580/07, protestando contra o retrocesso de direitos da comunidade LGBTQIAPN+, mas “foram retirados da comissão antes que a votação da proposta fosse encerrada” (HAJE; JÚNIOR, 2023).

Essa tentativa de revogação de direitos da comunidade LGBTQIAPN+ ocorreu meses após a celebração do mês do orgulho, tradicionalmente realizado em junho e concentrado na simbólica data de 28/06<sup>31</sup>. Nesse mês, durante a 27ª Parada

---

<sup>29</sup> “A coordenadora do Transempregos elenca alguns dos avanços conquistados na última década pela via do Judiciário, como explicitou Sales: “A união estável, casamento homoafetivo, direito a adoção, a criminalização da LGBTfobia, o direito à alteração de nome e gênero em documentos para pessoas trans e o direito a doar sangue, porque bastava ser LGBT+ para que a coleta não fosse permitida, mesmo que a pessoa fosse virgem. Uma loucura!” (iG QUEER, 2023).

<sup>30</sup> “Pastor Eurico citou trechos bíblicos na tentativa de demonstrar que as culturas antigas julgavam a homossexualidade um fenômeno repreensível e defendeu que o instituto do casamento tem a finalidade da procriação.” (HAJE; JÚNIOR, 2023).

<sup>31</sup> “28 de junho é o Dia Internacional do Orgulho LGBT. A escolha da data deve-se ao fato de ter ocorrido, nesse dia, no ano de 1969, a rebelião de Stonewall Inn, quando os frequentadores do bar homoafetivo decidiram enfrentar a violência policial. O único lugar seguro para o público LGBTQIA+ até então,

do Orgulho LGBTQ+, em São Paulo, o Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, e a Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+, Symmy Larrat, enquanto representantes do governo federal, estiveram presentes no evento de forma inédita. Na oportunidade, discursaram ressaltando a importância da comunidade LGBTQIAPN+ para o governo federal<sup>32</sup>. Além disso:

“Entre as participações dos representantes do governo na programação dos últimos dias destacaram-se o Lançamento do Manual de Educação e LGBTI+; o IV Encontro Brasileiro de Organizações de Paradas LGBTQ+; o Seminário LGBTQIA+ e enfrentamento à Violência: 4 anos da criminalização da LGBTQIAfobia pelo Supremo Tribunal Federal; o 1º Seminário Nacional da População LGBT no Sistema Prisional; a 6ª Marcha Trans da Cidade de São Paulo; a XXI Caminhada de Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Cis e Trans; e a 27ª edição da Parada do Orgulho LGBTQ+.” (BRASIL, 2023).

Ainda, se por um lado os representantes do Ministério dos Direitos Humanos têm ao menos discursado aberta e especificamente sobre a comunidade LGBTQIAPN+ e a defesa dos seus direitos no Brasil, o mesmo posicionamento não foi observado em falas do presidente Lula. Este, apesar de ter feito um discurso inclusivo na cerimônia de posse, deixou de citar diretamente a comunidade LGBTQIAPN+ (iG QUEER, 2023), bem como em sua fala no Palácio do Planalto na ocasião dos cem primeiros dias de seu governo, apenas citou vagamente a comunidade LGBTQIAPN+ na seguinte frase, sem discorrer concretamente sobre a temática: “Em parceria com Estados e municípios, iremos ampliar as políticas de garantia de direitos às juventudes, aos idosos, às pessoas com deficiência e à comunidade LGBTQIA+” (PODER360, 2023). Essa é justamente a principal problemática levantada por movimentos LGBTQIAPN+: a falta de ações concretas por parte do governo federal. Márcia Rocha, ao se encontrar com lideranças LGBTQIAPN+ do governo, afirmou: “Conversei com elas que se passaram seis meses e nada de muito concreto aconteceu. Ainda é cedo, mas nós precisamos começar a

---

tornou-se o epicentro da marcha do orgulho no ano seguinte quando 10 mil pessoas se reuniram para celebrar o aniversário da rebelião.” (MORAGAS, 2022).

<sup>32</sup> “Ao reforçar a necessidade de garantir direitos a essa população, a Parada 2023 trouxe como tema “Políticas Sociais para LGBTQ+: queremos por inteiro e não pela metade”. Nesse sentido, o ministro enfatizou: “O que vocês pedem não é um favor. É um dever do Estado zelar pela saúde, garantir educação e que todas as pessoas tenham acesso a emprego e renda de forma digna.” (BRASIL, 2023). “A secretária Symmy Larrat também deixou sua mensagem. “O Governo Federal volta a se comprometer com a população LGBTQIA+ e assim queremos construir as políticas sociais necessárias para garantir o respeito e o acesso a serviços básicos a vocês. Precisamos mudar essa realidade de ódio e perseguição contra todas nós”, declarou Larrat.” (BRASIL, 2023).

cobrar os avanços” (iG QUEER, 2023). Do mesmo modo, Bruna Benevides, secretária de articulação política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em entrevista concedida, destacou que: “até agora nenhuma ação efetiva se concretizou nesse sentido de enfrentar os altos índices de violência contra a comunidade LGBTQIA+, em especial a população trans.” (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS, 2023). Completando que “o Brasil tem um lastro de omissão diante desses dados de violência, e a gente acha que 2023 já está perdido. Ou seja, acreditamos que em 2023 o Brasil vai continuar sendo o país que mais mata a população trans no mundo.” (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS, 2023).

Assim, diante da ausência de ações concretas e efetivas do governo federal em defesa da comunidade LGBTQIAPN+, destaca-se o posicionamento de Sales, o qual defendeu que a agenda LGBTQIAPN+ “é complexa e precisa entrar na ordem do dia. Não pode ser mobilizada apenas quando interessa ao governo dar um verniz de modernidade à sua gestão” (iG QUEER, 2023). Isso se mostra ainda mais necessário, quando se observa a existência de um Congresso Nacional cada vez mais conservador, e que vem tentando cercear os direitos LGBTQIAPN+ em inúmeras frentes, como com o Projeto de Lei 580/07, de relatoria do Pastor Eurico (PL-PE). Revelando-se, por conseguinte, um projeto que é articulado pela aliança conservadora, a qual por meio de discursos preconceituosos e autoritários, vêm tentando enfraquecer a democracia e direitos já conquistados, por meio do “controle das sexualidades, dos corpos e da própria diversidade” (SCHWARCZ 2019, p. 171). Por tais razões, a ANTRA, em carta enviada ao Presidente Lula ainda em 2022, já havia reconhecido a urgência de que “sejam destinados esforços para ações e políticas que visem enfrentar a violência motivada por orientação sexual e/ou identidade de gênero, assim como a garantia de que ninguém será deixado de lado.” (ANTRA, 2022). Entretanto, até o momento, e estendendo a análise para os seis primeiros meses, ressalta-se a observação de Márcia Rocha: “...nada de muito concreto aconteceu” (iG QUEER, 2023).

## REFERÊNCIAS

ABGLT. **Comunicado sobre demanda de políticas públicas para a população LGBTQIA+**. 03 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.abgl.org/post/em-of%C3%ADcio-abgl-demanda-aos-minist%C3%A9rios-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-para-popula%C3%A7%C3%A3o-lgbtqia>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

ABGLT. **Organizações querem Secretaria Nacional LGBTQIA+ no governo Lula**. Publicado em: 6 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.abgl.org/post/organiza%C3%A7%C3%B5es-querem-secretaria-nacional-lgbtqia-no-governo-lula>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ALVES, Matheus. **Secretaria nacional LGBTQIA+ é anunciada por Silvio Almeida em parceria com Flávio Dino**. Publicado em: 28 dez. 2022. Disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/secretaria-lgbtq-silvio-almeida-lula-flavio-dino/>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). **Carta da ANTRA ao Presidente Lula e à Equipe de Transição de Governo**. 10 nov. 2022. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/2022/11/11/carta-da-antra-ao-presidente-lula-e-a-equipe-de-transicao-de-governo/>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

BRANDÃO, Marcelo. **Agência Brasil Explica: como funciona a transição de governo**. Lei obriga o governo a passar informações sobre a administração. Brasília, 02 nov. 2022. Repórter da Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-11/abr-explica-como-funciona-transicao-de-governo>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRASIL. Ministério dos direitos humanos do Brasil. **Mapeamento das políticas públicas para a população LGBTQIA+, lançado no MDHC, reúne dados das 27 unidades federativas**. Brasília, 2023. Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/mapeamento-das-politicas-publicas-para-a-populacao-lgbtqia-lancado-no-mdhc-reune-dados-das-27-unidades-federativas#:~:text=ATUA%C3%87%C3%83O-,Mapeamento%20das%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20para%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20LGBTQIA%2B%2C%20lan%C3%A7ado%20no,dados%20das%2027%20unidades%20federativas&text=Pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20para%20a%20promo%C3%A7%C3%A3o,e%20da%20Cidadania%20\(MDHC\)](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/mapeamento-das-politicas-publicas-para-a-populacao-lgbtqia-lancado-no-mdhc-reune-dados-das-27-unidades-federativas#:~:text=ATUA%C3%87%C3%83O-,Mapeamento%20das%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20para%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20LGBTQIA%2B%2C%20lan%C3%A7ado%20no,dados%20das%2027%20unidades%20federativas&text=Pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20para%20a%20promo%C3%A7%C3%A3o,e%20da%20Cidadania%20(MDHC))>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+**. Missão, competências e ações. Brasília. Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt#:~:text=%C3%89%20miss%C3%A3o%20do%20Minist%C3%A9rio%20dos,%2C%20\(LGBTQIA%2B\)%20e%20outras](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt#:~:text=%C3%89%20miss%C3%A3o%20do%20Minist%C3%A9rio%20dos,%2C%20(LGBTQIA%2B)%20e%20outras)>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Silvio Almeida na Parada LGBT+: "É inegociável o direito de existir dignamente e de amar como e quem quiser"**. 12 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/comunicacao/comunicado-silvio-almeida-na-parada-lgbt-12-jun-2023>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

br/assuntos/noticias/2023/06/silvio-almeida-na-parada-lgbt-e-inegociavel-o-direito-de-existir-dignamente-e-de-amar-como-e-quem-quiser>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.221, de 29 de junho de 2010**. Dispõe sobre a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal durante o processo de transição governamental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 jun. 2010. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.609, de 20 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2002. Seção 1, p. 1.

BOND, Letycia. **Governo volta olhar para mulheres, negros, trans e vítimas da ditadura**. Políticas de Direitos Humanos voltam com fôlego nos 100 primeiros dias. Publicado em: 09 abr. 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-04/governo-volta-olhar-para-mulheres-negros-trans-e-vitimas-da-ditadura>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BORGES, Juliano. **Webjornalismo político e a cobertura on-line dos 100 primeiros dias de governo Lula**. Intexto, n. 19, p. 63-80, 2008.

BRONZE, Giovanna; LAUANDDA, Soraya. **Candidatos LGBTQIA+ eleitos batem recorde em 2022**. CNN. São Paulo, 04 out. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/candidatos-lgbtqia-eleitos-batem-recorde-em-2022/>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. **Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios**. Educar em Revista, Curitiba, n. 66, p. 141-155, out.-dez. 2017.

COIMBRA, Marcio Chelegre; GALVÃO, Eduardo Ribeiro et al. **100 Dias De Governo Temer**. Clube de Autores, 2017.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Políticas públicas para população trans ainda são insuficientes, afirma representante da Antra**. 27 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/politicas-publicas-para-populacao-trans-ainda-sao-insuficientes-afirma-representante-da-antra/>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

DOLES, Luiz Felipe Pereira. **Neoconservadorismo e a política externa dos Estados Unidos da América: de Leo Strauss à Doutrina Bush**. 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. **Labirinto: para entender a conjuntura: Neoliberalismo, neofascismo e burguesia no Brasil**. 27 de maio de 2019. Disponível em: <<https://chat.openai.com/c/c7307286-5f1d-4d76-9bd6-3d3cd9b642ed>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

ÉBOLI, Evandro. **Drag Queen Ruth Venceremos pede demissão de assessoria do governo Lula**. Exoneração foi publicada no Diário Oficial desta quarta-feira e foi "a pedido" da ex-assessora de diversidade da Secom. O Globo, 15 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/drag-queen-ruth-venceremos-pede-demissao-de-assessoria-do-governo-lula?v2=true>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.** In: *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales.* Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9.

GORSDORF, Leandro Franklin. **Voto e sexualidade: representação política e aproximações da agenda lgbtqi+.** Anais V Desfazendo Gênero. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79382>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

**Governo Lula: os 100 primeiros dias são essenciais para o novo governo.** São Paulo, 02 jan. 2023. UOL NOTÍCIAS. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/01/02/governo-lula-os-100-primeiros-dias-sao-essenciais-para-o-novo-governo.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 01 dez. 2023.

HAJE, Lara; JÚNIOR, Janary. **Comissão aprova projeto que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo.** Agência Câmara de Notícias, 10 out. 2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/1006272-comissao-aprova-projeto-que-proibe-o-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo/>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

IRINEU, Bruna Andrade. **Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil.** Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 12, n. 34, 2014.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados.** 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

**'LGBTs, vocês existem e importam para nós', diz novo ministro de Lula.** IG QUEER, 03 jan. 2023. Disponível em: <<https://queer.ig.com.br/2023-01-03/ministro-silvio-almeida-direitos-humanos-lgbtqia.html>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Escola sem Partido: análise de uma rede conservadora na educação.** Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, 2020. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-43092020000100152&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092020000100152&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 18 ago. 2023. Epub 02-Set-2020. <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.15.15290.053>.

**Lula faz discursos inclusivos na posse, mas esquece LGBT+ em falas.** IG QUEER. Publicado em: 02 jan. 2023. Disponível em: <<https://queer.ig.com.br/2023-01-02/lula-faz-discursos-inclusivos-na-posse--mas-esquece-lgbt--em-falas.html>>. Acesso em 15 nov. 2023.

MAIA, André Luiz. **Dia Internacional da Visibilidade de Pessoas Trans e Travestis é celebrado nesta sexta-feira (31).** Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (13ª Região). 31 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/dia-internacional-da-visibilidade-de-pessoas-trans-e-travestis-e-celebrado-nesta-sexta-feira-31#:~:text=O%20Dia%20Nacional%20da%20Visibilidade,popula%C3%A7%C3%A3o%20travesti%20e%20trans%20brasileiras.>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MAIA, Dominique. **Transição de governo: entenda esse processo político.** Politize! 18 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/transicao-de-governo/#:~:text=Lei%20que%20regula%20a%20transi%C3%A7%C3%A3o%20de%20governo&text=De%20acordo%20com%20o%20decreto,do%20novo%20programa%20de%20governo.>>. Acesso em: 23 out. 2023.

MAIS DIVERSIDADE. **A Mais Diversidade é a maior consultoria de diversidade e inclusão da América Latina.** Disponível em: <<https://br.linkedin.com/company/maisdiversidade>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

MALVEZZI, Paulo. **Symmy Larrat será a Secretária Nacional LGBTQIA+, cargo inédito no Brasil.** Diadorim, 31 dez. 2022. Disponível em: <<https://adiadorim.org/noticias/2022/12/symmy-larrat-sera-a-secretaria-nacional-lgbtqia-cargo-inedito-no-brasil/>>. Acesso em: 20 out. 2023.

MARTINS, Leonardo; TEIXEIRA, Lucas Borges. **Governo Lula põe cargo para Jean Wyllys na comunicação em banho-maria.** UOL Notícias, Brasília, 27 jul. 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/07/27/jean-wyllys-comunicacao-planalto-cargo-lula.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crítica do fascismo.** Boitempo Editorial, 2022.

MATOS, Caio. **20 candidatos LGBT foram eleitos em 2022.** Congresso em foco UOL, 11 out. 2022. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/20-candidatos-lgbt-foram-eleitos-em-2022/#:~:text=Foram%20eleitos%2013%20deputados%20estaduais,de%20g%C3%AAnero%20ou%20orienta%C3%A7%C3%A3o%20sexual.>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MELLO, Wallace da Silva. **Deus, família, punitivismo e neoliberalismo: o novo conservadorismo brasileiro e suas conexões com os Estados Unidos da Era Reagan.** Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 53, n. 1, p. 421-432, mar./jun. 2022. Resenha da obra de: LACERDA, Marina Basso. O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019. 228 p.

MENDONÇA, Ana. **LGBTs, Sem Terra e Negros: inclusão é feita em ministérios de Lula.** Estado de Minas, 29 jan. 2023. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/01/29/interna\\_politica,1450644/lgbt-s-sem-terra-e-negros-inclusao-e-feita-em-ministerios-de-lula.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/01/29/interna_politica,1450644/lgbt-s-sem-terra-e-negros-inclusao-e-feita-em-ministerios-de-lula.shtml)>. Acesso em: 12 nov. 2023.

MIGUEL, Luís Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Expressão Popular, 2019. 216p.

MORAGAS, Vicente Junqueira. **28 de junho é o Dia Internacional do Orgulho LGBT.** TJDF, 2022. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/28-de-junho-e-o-dia-internacional-do-orgulho-lgbt>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

NASCIMENTO, Rafael. **Dia do Orgulho LGBT+: seis meses de governo Lula e o que avançou?** Especialistas avaliam o primeiro semestre do 3º mandato do petista, apontam avanços na pauta LGBT, mas lentidão em medidas efetivas. iG Queer. 28

jun. 2023. Disponível em: < <https://queer.ig.com.br/2023-06-28/dia-do-orgulho-lgbt---seis-meses-de-governo-lula--o-que-avancou-.html>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

NETO, O. C. **Neofascismo, “nova república” e a ascensão das direitas no Brasil.** Conhecer: debate entre o público e o privado, [S. l.], v. 10, n. 24, p. 120–140, 2020. DOI: 10.32335/2238-0426.2020.10.24.2060. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/2060>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

NOGUEIRA, Bruno. **Governo Lula cria Conselho Nacional dos Direitos LGBTQIA+.** Estado de Minas, 07 abr. 2023. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2023/04/07/noticia-diversidade,1478653/governo-lula-cria-conselho-nacional-dos-direitos-lgbtqia.shtml#google\\_vignette](https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2023/04/07/noticia-diversidade,1478653/governo-lula-cria-conselho-nacional-dos-direitos-lgbtqia.shtml#google_vignette)>. Acesso em: 15 nov. 2023.

OLIVEIRA, Dennis de. **Neoliberalismo, a base para a emergência do neofascismo.** *Jornal da Usp.* São Paulo, 09 set. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/articulistas/dennis-de-oliveira/neoliberalismo-a-base-para-a-emergencia-do-neofascismo/>. Acesso em: 26 maio 2023.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. **Barreiras à ambição e à representação política de LGBT no Brasil.** *Revista Artemis*, v. 24, n. 1, p. 120, 2017.

PINHEIRO, Ester. **Há 13 anos no topo da lista, Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo.** Segurança pública no país continua a ignorar questões de gênero e 11 estados brasileiros não têm dados sobre LGTBI+fobia. *Brasil de Fato*, São Paulo (SP), 23 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

PODER360. **Lula falou por 1h8min24s; leia a íntegra do discurso.** Presidente falou em reunião ministerial no Palácio do Planalto para tratar dos 100 dias de governo. 10 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/lula-falou-por-1h8min24s-leia-a-integra-do-discurso/>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

**Programa Atena.** GRUPO DIGNIDADE. Disponível em: <<https://www.grupodignidade.org.br/programa-atenas/>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

REIS, Daniel Aarão. **Notas para a compreensão do Bolsonarismo.** *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. e36709, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2020.1.36709>. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/3670>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

RELATÓRIO FINAL DO GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. **Brasil do Futuro – Governo da Transição**, 2022. Disponível em: <<https://gabinetedatransicao.com.br/noticias/relatorio-final-do-gabinete-de-transicao-governamental/>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SALVADOR, Helena. **A representatividade e participação como cultura democrática.** *Nexo Jornal*, 07 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2023/07/07/A-representatividade-e->

participa%C3%A7%C3%A3o-como-cultura-democr%C3%A1tica>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SANTOS, João Vitor; FACHIN, Patrícia. **Eleições 2022: Uma maioria democrática e uma direita forte e resiliente. Algumas análises.** Instituto Humanitas Unisinos. 03 out. 2022. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/622664-eleicoes-2022-uma-maioria-democratica-e-uma-direita-forte-e-resiliente-algumas-analises>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SANTOS, Mateus da Cunha; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Quando a inexperiência é um trunfo: o fenômeno da ascensão de outsiders na política.** Contracampo, Niterói, v. 42 n. 1, p. 01-15, jan./abr. 2023.

SCHARGEL, Sergio. **Novos (?) conservadorismos ou velhos reacionarismos? História (São Paulo)**, [S.L.], v. 41, n. 2022048, p. 0-0, 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-4369e2022048>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/9XHLP7jBczGRXbStVtZvfMD/>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SCHUBACK, Marcia Sá Cavalcante. **O fascismo da ambiguidade: um ensaio conceitual.** Editora UFRJ, 2021. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/19470>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SERBENA, Carlos Augusto. **Imaginário, ideologia e representação social.** Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, v. 4, n. 52, p. 2-13, 2003.

SILVA, Flávia Gonçalves da. **Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural.** Psicol. educ., São Paulo, n. 28, p. 169-195, jun. 2009. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752009000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 22 nov. 2023.

TANCREDI, Silvia. **"Homeschooling"; Brasil Escola.** Disponível em: <<https://brasile scola.uol.com.br/educacao/homeschooling.htm>>. Acesso em 27 de ago. 2023.